



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
UFICS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

TEMA

**IMPACTO DAS ACÇÕES DAS ONGs NO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO- ANÁLISE DA QUESTÃO SOBRE A
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA - O caso do projecto "OVATA" da Visão
Mundial**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção
do grau de Licenciatura em **Administração Pública** da Universidade Eduardo Mondlane

AUTOR: Hermínio Germano Pedro

SUPERVISOR: Dr. João Masquete

U.E.M. - UFICS
R. E. 4400
DATA 12/07/05
AQUISIÇÃO ofenta
COTA AP-61

Maputo, agosto de 2003

DECLARAÇÃO

"Declaro por minha honra que esta dissertação é o resultado da pesquisa por mim realizada, e as palavras que nele constam e que não são minha pertença estão citadas e a bibliografia devidamente identificada".

DEDICATÓRIA

"Dedico este trabalho aos meus Pais – Pedro Mário e Julieta Napoleão César de Almeida, pelo grande afecto que me têm dispensado. Com votos de boa saúde e longa vida".

AGRADECIMENTOS

Chegados até ao fim deste trabalho, parece-me incontestável reconhecer o mérito, a paciência e sobretudo a dedicação das pessoas e instituições que estiveram ao meu lado, para que esse trabalho se realizasse efectivamente.

As minhas primeiras palavras de agradecimento vão para o meu supervisor dr. João Masquete, pelo apoio prestado na orientação do trabalho, análise crítica e valiosas correcções e sugestões nas investigações que levaram o trabalho a ser o que é.

Em segundo lugar as minhas palavras de apreço são dirigidas especialmente ao Núcleo de Estudo de Terra e Desenvolvimento (NET) pelos recursos financeiros disponibilizados por essa instituição, pois sem eles, seria muito difícil realizar uma tão aturada pesquisa e colher os resultados possíveis.

Um agradecimento muito especial, vai para a assessora da Visão Mundial a Sr^a Ercília, pelo material por ela disponibilizado na recolha de todas informações sobre à organização, mas também , no seu empenho, colaboração e muita paciência nos diversos aspectos do presente trabalho.

Agradeço aos meus entrevistados (Técnicos da Visão Mundial no Gurué, aos Líderes tradicionais de Lioma e aos camponeses) pela disponibilidade que concederam.

Não deixaria de esquecer do meu irmão Basilio Pedro, pela motivação que veio dispensando ao longo da realização deste trabalho.

As minhas amigas Heidi Ernestina, Graça e Ercília um muito obrigado.

ABREVIATURAS

AusAid – Agência Australiana para o Desenvolvimento.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

CIDA – Agência Canadiana para o Desenvolvimento

HIV/SIDA – Síndrome de Imuno- Deficiência Adquirida

J. F. S. – João Ferreira dos Santo.

ONGs – Organizações Não - Governamentais.

ONU – Organização das Nações Unidas

P. M. A. – Programa Mundial para Alimentação

SEMOC – Sementes de Moçambique

USAID – Agência Norte- Americana para o Desenvolvimento

U. E. – União Europeia.

V. M. – Visão Mundial.

ÍNDICE

- I. Declaração
- II. Dedicatória
- III. Agradecimentos
- IV. Abreviaturas
- V. Índice
- VI. Resumo

CAPÍTULO – I

1. Introdução.....	1
1.1. Definição do Problema.....	2
1.2. Pergunta de partida.....	3
1.3. Objectivos.....	3
1.3.1 Geral.....	3
1.3.2. Específicos.....	4
1.4. Justificação do estudo.....	4
1.5. Hipóteses.....	5
1.6. Metodologia.....	5
1.6.1. Pesquisa bibliográfica.....	5
1.6.2. Pesquisa de campo.....	6
1.7. Contextualização.....	6
1.8. Problemática.....	7

CAPÍTULO – II

1. Enquadramento teórico.....	11
1.1. Conceitualização.....	12
1.1.1. comunidade.....	12
1.1.2. Desenvolvimento comunitário.....	13
1.1.3. Participação comunitária.....	15

CAPÍTULO – III

1. Descrição da área estudada.....	16
1.1 As ONGs – Sua forma de actuação.....	19
1.2 Quadro legal para o funcionamento das ONGs em Moçambique.....	20
1.3 Governo, ONGs e comunidade local – sua relação.....	21
1.4 Visão Mundial Internacional – Informações sobre a organização.....	22

CAPÍTULO – IV

1. Análise dos resultados.....	23
1.1. Participação comunitária: Métodos e níveis perante a implementação do projecto.....	23
1.2. O papel dos Líderes comunitários em relação a implementação do projecto.....	29
1.3. A questão da sustentabilidade.....	30
1.4. Os obstáculos que impedem a participação comunitária.....	31

CAPÍTULO – V

1. Conclusões e Recomendações.....	33
1.1. Conclusões.....	33
1.2. Recomendações.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

ANEXOS

RESUMO

"o presente trabalho enquadra-se na análise da questão sobre a participação comunitária no desenvolvimento comunitário. Esta análise esteve virada ao projecto de desenvolvimento comunitário da Visão Mundial que está sendo implementado no Distrito Do Gurué no Posto Administrativo de Lioma. Perante os objectivos preconizado no nosso projecto de investigação pensamos em utilizar uma metodologia que consistiu no método qualitativo. Neste contexto foram usadas as entrevistas semi-estruturadas de modo a permitir uma recolha de dados mais consistente.

Os resultados por nós colhidos chegamos a conclusão que a questão da participação comunitária no projecto não passa de um simples discurso, há que se alterar muita coisa para que a participação se efective".

ANEXOS

- 1- Mapas da região estudada
- 2- Guião de entrevistas
- 3- Decretos Ministeriais
- 4- Informações sobre a organização
- 5- Alguns relatórios

CAPÍTULO-I

1. Introdução

A questão sobre o desenvolvimento comunitário tem suscitado vários interesses e debates entre académicos, políticos, ONGs e formuladores de políticas públicas.

É muito vasto o leque de acções para o desenvolvimento comunitário. A construção de uma ponte, uma estrada, uma escola, criar uma machamba comunitária, são alguns exemplos que possam mobilizar a comunidade na construção do bem comum.

Assim, tomando como pressuposto a ideia de desenvolvimento comunitário como uma necessidade da própria comunidade na construção do bem comum, então se torna necessário a mobilização da comunidade ao processo de elaboração e implementação de programas ou projectos que possam beneficiar a própria comunidade, como forma de incluir a própria comunidade ao processo de participação.

A comunidade tem seus interesses, suas acções, seus objectivos; estes são alguns elementos que nos levam a compreender a importância da participação da comunidade em todos os processos de desenvolvimento de comunidade.

Em Moçambique a questão sobre o desenvolvimento comunitário é amplamente debatida. As análises sobre a participação comunitária, merece destaque, visto que várias ONGs, o governo e a própria comunidade devem preocupar-se com a questão de desenvolvimento comunitário como forma de colmatar com o grande problema da pobreza.

A guerra civil que assolou o nosso País durante muitos anos, destruiu bastante a rede de infra-estruturas de natureza económica e social do País, e afectou de forma negativa as populações das zonas rurais, reduzindo-lhes consequentemente a sua capacidade de produção. Numa altura em que a produção não correspondia às necessidades de consumo do País, Moçambique teve que recorrer à ajuda internacional para minimizar as grandes carências que se registavam.

Só que, para que tal ajuda se efectivasse, a comunidade internacional impunha algumas exigências, como observa Abrahansson & Nilsson (1998). “eles exigiam que a distribuição de produtos de emergência fosse feita por estruturas paralelas separadas do Estado e que as ONGs tivessem autorização para formar essas estruturas”.

Durante o período de emergência, a questão sobre o desenvolvimento comunitário, tinha sido relegado ao segundo plano e a interacção entre o Estado, as ONGs e as comunidades locais era bastante deficiente¹. Terminada a guerra, o reassentamento da população da população tornou-se um imperativo, e isso implicaria a necessidade de se reabilitar as zonas rurais para se criarem as condições para essa população².

O estudo realizado, está dirigido a análise da questão da participação sobre um projecto comunitário da Visão Mundial (V.M.), uma ONG estrangeira a operar no nosso País. O projecto denomina-se de "OVATA", que introduziu algumas acções no Distrito do Gurué, Posto Administrativo de Lioma, destacando-se os da área de agricultura, nomeadamente culturas alimentares e de rendimento, assim como aqueles orientados para a área dos recursos naturais, comercialização, nutrição e HIV/SIDA, como forma de promover o desenvolvimento da região.

1.1. Problemática

No processo de elaboração de projectos, o reconhecimento das tradições e das perspectivas das acções a serem desenvolvidas nas comunidades e pelas comunidades devem ser valorizadas. A realidade concreta³ é a realidade das condições em que se situa a população comunitária e da sua consciência .

Vários programas de desenvolvimento comunitário são desenhados em gabinetes por equipas técnicas sem se contar com a própria população que é o principal actor ou beneficiário dessas acções. Muitas vezes, ela só é chamada no momento da execução desses programas, propagando-se por conseguinte a ideia que a população está participando.

¹ Muitas organizações, preocupavam-se em dar soluções a problemas, por exemplo, de distribuição de produtos a curto prazo sem prestar atenção a necessidade de transferência de conhecimentos e desenvolvimento da organização a longo prazo. Além disso, muitas dessas organizações operavam em Moçambique com pessoal sem formação nenhuma para as áreas em que trabalhavam, na maior parte dos casos de recrutamento o Governo não teve influência na selecção, e o mais ridículo é que as pessoas que vinham é que definiam as suas próprias tarefas, (Abrahansson & Nilsson, 1998).

² Assim, uma das mudanças a destacar, foi a necessidade obrigatória de introdução da componente de "Participação comunitária" como algo prioritário em todos os programas, e até como elemento obrigatório para que se pudesse beneficiar de financiamento do exterior, (Idem).

³ Essa realidade não se explica por si mesma, mas, sobretudo, por suas condições históricos - estruturais. Isso implica a valorização do conhecimento sócio-histórico das condições existenciais da população comunitária, (Francisco: 2001:67)

O estudo realizado em relação ao projecto "OVATA" em implementação no Posto administrativo a questão sobre a participação não passa de um mero discurso, visto que a articulação entre a organização e a comunidade local apresenta uma total desarticulação.

A comunidade gosta de viver com as suas tradições, ela tem seus interesses e objectivos, ela procura crescer a partir das circunstâncias que lhes convém, luta, envolve-se em programas quando sabe que irá resolver seus problemas.

Nesta ordem de ideias, o problema que se coloca é da existência de deficiências na coordenação e elaboração de planos entre a organização e a comunidade que levaria a um processo de identificação e consciencialização⁴ dos reais problemas. Isso motiva a população a uma fraca participação no processo de desenvolvimento comunitário.

1.2. Pergunta de partida

Como forma de obtermos uma melhor maneira na condução da nossa investigação, elaboramos uma pergunta de partida que ficou assim estruturada:

"Até que ponto a participação comunitária tem contribuído para uma melhor implementação do projecto e garantir a sua sustentabilidade?".

1.3. Objectivos

1.3.1. Geral

Compreender as mudanças de natureza socio-económicas que o projecto trás à comunidade local.

⁴ O termo consciencialização é bastante amplo e controverso. Entretanto, neste trabalho utilizamos com o sentido relativo ao processo de reflexão crítica na acção, na luta quotidiana pelas mudanças e transformações sociais.

Assim, consciencialização é o processo através do qual as pessoas elevam seu nível de consciência de forma a permitir: compreender a situação concreta na qual se encontram; analisar as condições reais e

1.3.2. Específicos

- Analisar em que medida o projecto tem contribuído no desenvolvimento das comunidades locais.
- Identificar as formas de participação comunitária adoptadas no processo de formulação e implementação do projecto.
- Avaliar sobre todos aspectos de interacção entre a organização e as comunidades.

1.4. Justificação do estudo

O Distrito do Gurué, particularmente o Posto Administrativo de Lioma, teve sempre uma grande importância no contexto económico na província da Zambézia, pelas suas grandes potencialidades agrícolas que apresenta. Após a independência nacional, o Governo instituiu o Plano Prospectivo Indicativo (P.P.I)⁵ através do qual foi criado o Complexo Agro-Pecuário de Lioma (CAPEL), localizado no Posto Administrativo de Lioma, com o objectivo de transformar a actividade agrícola num processo de desenvolvimento da região. A guerra civil fez com que tais projectos não fossem implantados como se previam. A actividade agrícola praticada pela CAPEL ficou paralizada, ficando apenas os camponeses a produzirem para a sua sobrevivência.

A visão Mundial com o seu projecto "OVATA", introduziu algumas acções na região, com o intuito de recuperar a actividade agrícola, com níveis mais elevados de produção para permitir o desenvolvimento da região.

Nesta ordem de ideias, a relevância na realização deste trabalho prendeu-se pelo facto de o projecto estar ligado a área de desenvolvimento comunitário, e através disto, fazermos uma aplicação teórica sobre a matéria dada. Neste caso, procuramos compreender sobre

actuais de sua existência; exprimir seus verdadeiros interesses e criar formas de acção para a concretização desses interesses (Santos, 1983: 40-1).

⁵ Em conjunto com vários processos de profunda transformação, cujo o objecto fundamental era o sector de produção familiar, apostava-se igualmente como ênfase renovada, numa política de realização dos que eram comumente designados como "grandes projectos" de natureza agrícola ou agro-pecuário e que passavam em vários casos, pela construção de grandes e onerosos sistemas de irrigação. Em qualquer caso, todos assentavam-se numa agricultura em larga escala com recursos a importantes meios mecânicos de trabalho e de uma maneira geral, ao uso de métodos de capital intensivo e altamente dispendiosos em divisas. (Informação retirada nos textos de apoio da cadeira de Moçambique Contemporâneo e sintetizados pelo autor).

todos os processos de implementação do projecto, inteirando-se da forma como a população local como está envolvida e os vários princípios sobre o desenvolvimento comunitário estão a ser respeitados pelo projecto.

A nível teórico procuramos dar uma contribuição prática sobre a problemática questão sobre o desenvolvimento comunitário sobre uma dada realidade, visto que essa questão merecer diversas aplicações e sobre diversas realidades.

1.5. Hipóteses

As hipóteses deste trabalho ficaram assim estruturadas:

- As formas de implementação do projecto são impositivas, visto que os membros dessa comunidade são uns simples seguidores do projecto e não tomam decisões independentes.
- Os programas a serem implementados não correspondem as expectativas da população local, daí a fraca participação no projecto.

1.6. Metodologia

Para a concretização dos objectivos pelos quais foram preconizados, escolhemos dois métodos de recolha de dados a saber:

1.6.1. Pesquisa bibliográfica

Foi um método por nós usado como forma de nos enquadrar teoricamente no processo de recolha de toda a informação no terreno. Para tal usamos literatura que pensamos ser relevante que aborda a questão a que nos propusemos.

Pesquisa de campo

Este foi um dos métodos usados durante a realização deste trabalho. Com este método pretendeu-se obter informações pertinentes a nível das representações que o projecto

“OVATA” no acto das suas acções realiza com vista ao desenvolvimento da região. Deste modo, perante uma dada realidade, para uma maior apreensão do impacto das acções desenvolvidas, tornou-se necessário a elaboração e método de observação directa a essa realidade onde privilegiamos o método de observação participante. Pela natureza do trabalho durante o processo de recolha de dados usamos o método qualitativo. Nesta ordem de ideias, a técnica usada nesta pesquisa foram as entrevistas semi-estruturadas. Optamos por essa técnica, visto que enquanto uma das formas de recolha de dados, permite a obtenção de informações a cerca do que as pessoas desejam, sabem, sentem, creêm ou esperam sobre qualquer tipo de acção desenvolvida numa determinada região. As entrevistas foram direccionadas as pessoas mais influentes e que estejam envolvidos com a implementação do projecto.

Foi nesta perspectiva que entrevistamos os Líderes locais em número de cinco (5), mais a Chefe do Posto Administrativo; outro grupo alvo das nossas entrevistas foram os técnicos da Visão Mundial em número de seis (6), e por último a própria população, a grande beneficiária do projecto. Este grupo teve duas formas de entrevistas; uma que foi realizada de forma individualizada e outra de forma colectiva. A que realizamos de forma individualizada foi em número de quinze (15) e a colectiva foi em três grupos com mais de cinco (5) elementos cada. A escolha destas Pessoas foi de forma aleatória e conforme a disponibilidade delas.

1.7 Contextualização

A realização deste trabalho insere-se numa investigação de um tema bastante actual e fortemente debatido por diversas instituições que trabalham para a área de desenvolvimento das comunidades. A nossa pesquisa tem como objecto de estudo a análise da questão sobre a participação comunitária no projecto denominado “OVATA”, que está sendo implementado no Distrito do Gurué na região de Lioma com vista a promoção do desenvolvimento desta mesma região.

O estudo centrou-se no período compreendido entre 2001 até o período da realização do estudo (2003).

1.8. Enquadramento teórico

Este trabalho enquadra-se na análise que pretendemos realizar sobre a participação comunitária no processo de desenvolvimento comunitário. A primeira abordagem que se debruça sobre o tópico é aquela que Ross (1964), chama de “**programa implantados por agentes externos**”. Esta abordagem representa a tendência de agentes externos para implantar uma técnica ou programa específico na comunidade.

O programa e a técnica pode-se relacionar com um novo método na agricultura, a uma indústria qualquer, a uma nova escola, a um programa médico, ou a um projecto habitacional que o agente externo ou a organização que representa pensa que irá beneficiar a comunidade.

Os métodos pelos quais ele introduz e assegura a aceitação ao seu projecto ou programa varia de acordo com o agente e a situação.

Entre os métodos predominantes, evidenciados em algumas experiências nos Países menos desenvolvidos, temos:

- 1) O agente diagnostica a necessidade que a comunidade tem dos seus serviços, prescreve um programa e procura estabelecer-lo, deixando a comunidade utiliza-lo como-lhe parecer útil;
- 2) O agente procura não somente prescrever mas persuadir e, por uma variedade de “métodos de venda”, convence as pessoas da comunidade a usar as facilidades ou os serviços postos a sua disposição.
- 3) O agente discute com as pessoas a necessidade de um determinado projecto ou programa como idealiza, fornece-lhes a literatura apropriada, mostra-lhes filmes, organiza comités e procura ganhar cooperação das pessoas da comunidade ao estabelecer o novo projecto ou programa.

A segunda abordagem se distingue pelo seu interesse a respeito da introdução de uma nova técnica em vários aspectos da vida da comunidade. Reconhece-se aqui, então, a indivisibilidade da vida comunitária e a necessidade de fornecer meios para as consequências sociais de mudanças técnicas em toda a comunidade.

Trata-se da “**abordagem múltipla**”, na qual uma equipa de técnicos procura dar uma variedade de serviços, tais como, educação, recreação, assistência médica, para lidar com alguns problemas que surgem ou que podem surgir ao serem feitas alterações no sistema económico da comunidade. Diz-se frequentemente, que esta abordagem procura levar em conta as consequências sociais da transformação técnica. Isso não constitui a realidade visto que em muitos aspectos ela não se interessa simplesmente com a reforma técnica, mas procura atender ao impacto dessas reformas.

Há uma diferença profunda entre aqueles que se preocupam com as consequências sociais da reforma técnica e aqueles que se preocupam com a reforma técnica como consequência da acção social. O primeiro afirma que a mudança técnica pode ser imposta ou induzida, e que planos podem ser feitos para se ocupar com a reacção da comunidade a essa reforma. O último afirma que a comunidade deve fazer a sua própria adaptação e que esta só pode ser feita, se a comunidade por si mesma, iniciar desenvolver e concretizar suas próprias mudanças⁶. Estes são, sem dúvidas, pontos de vista bem diferentes com respeito a maneira como uma comunidade pode-se ajustar e desenvolver.

Mas deve-se notar que nesta abordagem, como na que foi primeiramente mencionada, a fonte primária de direcção para a mudança vem de um pequeno grupo de técnicos, planeadores ou líderes. As pessoas da comunidade podem-se envolver, podem ter parte da moldagem da natureza da mudança e participar nas operações reais desta, mas o impacto inicial para a mudança, são factores externos à maioria das pessoas da comunidade⁷.

A terceira abordagem denomina-se de “**abordagem recursos internos**”. Aqui, acentua-se a necessidade de incentivar grupos de pessoas a identificar seus próprios desejos e necessidades a fim de trabalharem em cooperação para satisfazê-los.

Os projectos não são pré-determinados mas se desenvolvem à medida que os debates na comunidade se animam, prosseguem e se focalizam os interesses reais das pessoas. A medida que os desejos e as necessidades são constatados e as soluções procuradas, pode ser fornecido auxílio pelos Governos nacionais ou pelas organizações internacionais.

⁶ Isso implica que há uma necessidade de se alterar em primeiro lugar os valores da própria comunidade envolvida de modo a se adequar a introdução de novas técnicas.

⁷ Os valores, interesses, objectivo das comunidade são questões que não são postos em primeiro plano no processo de introdução de uma técnica.

Nesta abordagem a ênfase é posta nas comunidades de pessoas trabalhando em seus próprios problemas.

Uma tal abordagem, segundo o pensamento de vários técnicos, tem as suas desvantagens: a acção é lenta, ela não está sob controle do técnico. O programa que se desenvolve pode não ser aquele que o Governo ou o técnico acham ser realmente necessários, e mesmo a acção realizada pode-se fazer de forma não sofisticada, sem levar em conta outras maneiras eficazes de levar avante o programa.

Por outro lado, aqueles que advogam uma tal abordagem, acentuam a importância de as pessoas a trabalharem juntas nos problemas que consideram importantes, e há possibilidades de que tais projectos que a comunidade realiza desta forma, possam ter uma significação e uma permanência que os projectos impostos não teriam.

Uma quarta teoria que discute sobre a questão do nosso tópico tem a ver com "a teoria económica moderna". Segundo essa teoria, dá-se mais ênfase ao processo. O objectivo dominante do processo é procurar levar uma vida em cooperação que sirva interesses de todas as pessoas da comunidade.

Segundo Biddle & Biddle (1969), esse objectivo repousa na premissa, ou mesmo na fé, de que o bem comum que atinge a todos pode ser descoberto. Repudia a premissa contrária de que uma pessoa necessitada ou então um grupo necessitado somente pode beneficiar-se tomando posição, assumindo o poder ou adquirindo os bens que são propriedade dos outros que estão no poder.

De acordo com essa teoria, os benefícios podem ser realmente compartilhados por todos. Dito em outras palavras, o objectivo do processo é desenvolver nas pessoas a capacidade de criar uma comunidade cooperativa de auto-ajuda⁸.

Uma outra teoria que advoga a questão sobre a participação, são provenientes das experiências de diversos intervenientes da vida em sociedade. Essas experiências situam-se conforme Amman (1997), em duas vertentes: a vertente ortodoxa e a heterodoxa..

As experiências do tipo ortodoxo tiveram como fonte de inspiração a teoria funcionalista, e abordam a comunidade como uma unidade constituída de partes interdependentes, que

⁸ Essa comunidade implica duas afirmações principais: Primeiro, a afirmação que essa comunidade será construída cooperativamente, não pode ser imposta, as decisões e acções que a criam têm de ser feitas em conjunto com a população local, pelos técnicos e animadores. Em segundo lugar, é a afirmação de que a



devem colaborar para o equilíbrio de todo. Dá se mais ênfase as funções e os papéis dos indivíduos da mesma sociedade. Em torno da concepção de funções e papéis, encontra-se o conceito de participação, em que se coloca que cada indivíduo ou grupo participa mais da sociedade na medida em que desempenha melhor as funções e os papéis que lhe são confiados segundo as regras moralmente aprovadas. Este tipo de participação, tem como objectivo a preservação da harmonia, da continuidade e da estabilização do sistema, ao não buscar mudanças em dimensão estrutural, pois no funcionalismo as modificações ocorrem dentro de um sistema tido como equilibrado, possuidor de elementos auto-reguladores e estabilizadores do sistema.

Assim, a mudança é representada pela passagem de um a outro estado de equilíbrio, como movimento unilinear, interno, gradual e unívoco, sem a presença de conflitos relevantes ou permanentes. Em tal postura, não sobra espaço para as contradições e os antagonismos, pois a comunidade é vista como uma unidade regida pelo consenso, em que os problemas e os interesses são comuns a todos.

As experiências do tipo heterodoxo, são caracterizadas por possibilitar que os intervenientes em actividades comunitárias tenham uma visão mais abrangente sobre a problemática da sociedade, o que possibilita o desenvolvimento de uma modificação na correlação de forças entre os segmentos mais necessitados da sociedade e aqueles que se encontram numa situação privilegiada da vida. Neste prática, existe um processo de mobilização crescente dos diversos segmentos da população através de um processo participativo que partindo da base, possibilita a emergência de numerosos programas aglutinados em torno de um objectivo final, que são as transformações que acontecem nesta base, como meio de busca de uma maior participação das organizações da sociedade civil em acções de desenvolvimento social.

Esta abordagem dá mais ênfase aos princípios de educação e da consciencialização, em que a educação é vista num contexto global, evocando se assim, a necessidade e se não confinar à simples instrução, dissociada ao processo produtivo e da luta dos trabalhadores pela sua emancipação, a partir de suas relações sociais de trabalho.

forma da comunidade do "vir a ser" não pode ser predita. Uma nova comunidade não pode ser criada segundo um padrão pré-estabelecido, nem pelo animador, nem por algum teórico ou alguma autoridade.

Para um melhor enquadramento do nosso tema em análise, a teoria que escolhemos é aquela que valoriza a população como sendo o actor principal para o desenvolvimento de uma determinada comunidade. A teoria denomina-se de “**abordagem recursos internos**”, de desenvolvimento comunitário. Nesta perspectiva acentua-se a necessidade de incentivar grupos de pessoas a identificar seus próprios desejos e necessidades a fim de trabalharem em cooperação para satisfazê-los. Os projectos devem desenvolver à medida que os debates na comunidade se animam, prosseguem e se focaliza os interesses reais das pessoas. À medida que os desejos e as necessidades são constatadas e as soluções procuradas, pode ser fornecido auxílio pelos Governos nacionais ou pelas organizações internacionais.

Nesta abordagem, a ênfase é posta nas comunidades trabalhando em seus próprios problemas. Acentua-se a importância de as pessoas aprenderem a trabalhar juntas nos problemas que consideram importantes, e há possibilidade de tais projectos que a comunidade realiza desta forma, possam ter uma significação maior e uma permanência que os projectos impostos não teriam.

Deve-se notar que nesta abordagem, a comunidade é vista como sendo o actor principal no processo de implementação de projectos de desenvolvimento da própria comunidade. As pessoas da comunidade encontram-se directamente envolvidas nas operações reais do projecto. Aqui o nível de participação é activa, e os resultados que poderão advir do projecto tem maior probabilidade de serem satisfatórios. Diferentemente dos projectos cuja a acção principal provém de técnicos da organização, que muitas vezes trazem para o terreno os projectos já desenhados em gabinetes. Esses tipo de projectos, as pessoas da comunidade são envolvidas no momento da execução dos mesmos. O processo de identificação dos reais problemas, são factores externos as pessoas da comunidade que são os grandes beneficiários dos projectos. Isso pode fazer com que vários projectos não tenham aqueles resultados desejados.

CAPÍTULO-II

1.1. Conceitualização

Para esse trabalho que propusemos em fazer uma análise da questão da participação comunitária no processo de desenvolvimento comunitário, pensamos em definir conceitos que estão directamente ligados com o tema.

1.1.1. Comunidade

“é uma associação de actores que partilham de uma área territorial limitada como base para o desempenho da maior parte das suas actividades quotidianas”⁹.

Segundo Mercer (1956)¹⁰, “uma comunidade humana é um agregado de pessoas funcionalmente relacionadas que vivem numa determinada localização geográfica, partilham de uma cultura comum, estão inseridas numa estrutura social e revelam uma consciencialização de sua singularidade e identidade distinta como grupo”.

Comunidade “ é uma reunião de ideias, interesses e recursos, em determinado espaço geográfico em que as pessoas interagem buscando soluções dos seus problemas para a realização do bem comum”(Neto & Garcia, 1987:9).

O sociólogo José Artur Rios¹¹, define a comunidade como sendo “um grupo humano vivendo em área geográfica contígua, possuindo as mesmas tradições, os mesmos interesses e a consciência de participação em ideias e valores comuns”.

De acordo com McMille, citado por Sousa (1987), os vários conceitos de comunidade têm aplicação própria, por isso não se deve aceitar nenhum com exclusividade. Entretanto, acontece que diferentes definições não significam simplesmente a exploração de enfoques diferenciados de uma mesma realidade, mas, sobretudo, atitudes ideológicas diferentes e divergentes diante dessa realidade. Assim a questão da comunidade no desenvolvimento comunitário não é a de conhecer grande número de concepções para incluir ou excluir. Uma concepção que abarque ou inclua diversas outras termina por ser generalizante.

⁹ Essa definição implica que as pessoas interagem dentro de um complexo institucional local, que propicia uma vasta gama de serviços básicos, embora também leve em consideração o facto de que a comunidade não é necessariamente uma unidade auto-suficiente (Glencoe, 1951:91 in Dicionário de ciências sociais).

¹⁰ In Dicionário de ciências sociais.

Nesta ordem de ideias, o conceito de comunidade mais adequado para o nosso trabalho é aquele que supõe a comunidade como objecto da prática do desenvolvimento comunitário:

“Conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivências no espaço residencial, e que dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns” (Sousa, 1987: 68)

1.1.2. Desenvolvimento comunitário

O desenvolvimento comunitário, conforme expressa a própria terminologia, tem como objectivo a ser alcançado o desenvolvimento da comunidade. Deste modo, o desenvolvimento supõe, portanto, respostas aos interesses dos diversos segmentos da população em seus anseios de sobrevivência material e de produção pelo conjunto da sociedade.

Foi o Governo britânico o primeiro a se interessar pelo desenvolvimento comunitário, ao revelar a sua nítida preocupação com a manutenção das relações até então existentes com as suas colónias. Deste modo, ao adoptar, pela primeira vez, o termo *“desenvolvimento de comunidade”*, o Governo britânico apresentava-se como estando interessado em auxiliar os Países por si colonizados a se prepararem para a independência¹². Assim, a expressão foi definida como:

“um movimento destinado a promover a melhoria de vida de toda a população comunitária com a participação activa e, se possível, por iniciativa da comunidade, mas se esta iniciativa não surgir espontaneamente, por meio de emprego de técnicas que a façam surgir e a estimulem a fim de assegurar sua resposta activa e entusiasta do movimento...”. (CBCISS, 1962, citação de Sousa, 1987:40).

Depois da IIª guerra Mundial, num momento histórico em que as grandes potências – lideradas na época pelos E.U.A. e a Rússia – lutavam entre si pela conquista do primado

¹¹ Citado por Neto & Garcia (1987:9)

¹² Estimular-lhes a independência não significava romper as relações que existiam (relações de dependência), mas mudar as estratégias dessas relações.

político, económico e ideológico de um mundo que se encontrava dividido, através da chamada guerra fria, a ONU institucionalizaria a estratégia de desenvolvimento comunitário.

Deste modo, a ONU se empenharia na sistematização e divulgação do desenvolvimento comunitário como uma medida para solucionar o "*complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento económico e social*" (Silva, citação de Ammann, 1997:32).

Neste contexto o desenvolvimento comunitário foi então definido como:

*"processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições económicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do País".*¹³ Deste modo, os dois elementos básicos de desenvolvimento que foram apresentados, visando tornar mais eficazes os programas de ajuda mútua, foram a participação do próprio povo nos esforços para melhorar seu nível de vida e o apoio técnico governamental.

Tendo sua origem na acção comunitária como se convinha, o desenvolvimento comunitário fundamenta-se nos interesses e preocupações da população comunitária. Neste sentido, o desenvolvimento comunitário é definido como sendo:

"um método de ajuda às comunidades locais para tornar-lhes mais conscientes de suas necessidades, para apreciar seus recursos em tal forma que satisfaçam algumas das necessidades por meio dos projectos de acção e ao mesmo tempo adquirem atitudes, experiências e destrezas cooperativas para repetir este processo uma e outra vez por iniciativa própria" (Rodrigues, citado por Sousa, 1987: 56-7).

O desenvolvimento comunitário supõe a organização da população, pois é através desta que dá uma reflexão e a acção sobre a sua realidade quotidiana. Por sua vez, o processo de organização da população é também um processo de desenvolvimento comunitário, pois uma população desorganizada não consegue conceber nenhum projecto capaz de promover condições para o desenvolvimento desta mesma comunidade. É esta a perspectiva com a qual nos identificamos em todo o estudo que realizamos.

¹³ Definição de desenvolvimento comunitário em 1956, pela ONU: CBCISS, citação de Ammann, 1997.

1.1.3. Participação comunitária

Participação comunitária no desenvolvimento comunitário, refere-se “a ocasião em que todos ou a maioria das pessoas das zonas rurais se juntam num espírito cooperativo e colaboram voluntariamente para construir ou criar alguma coisa” (Manor,19998:128).

Para Valá (1998), participação comunitária “é um processo segundo o qual os membros de uma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na identificação e análise dos seus problemas, busca de soluções alternativas, mobilização e recursos e realização de intervenções de desenvolvimento”.

Segundo Sousa (1987), a questão da participação termina por gerar preocupações pedagógicas que se definem de acordo com as diferentes percepções e posições assumidas ante a realidade social.

A questão pedagógica maior a ser trabalhada no processo de participação presentes às preocupações e interesses das camadas populares é a da ultrapassagem do quotidiano. Tal ultrapassagem pode ser trabalhada, através de um processo educativo determinado, cujo objectivo é interferir na dinâmica social da realidade de participação existente em dada situação social.

Deste modo, o processo educativo de participação define-se como sendo: “O processo que se expressa através da consciencialização¹⁴, organização¹⁵ e capacitação¹⁶ contínua e crescente da população ante a sua realidade concreta. Como tal, é um processo que se desenvolve a partir do confronto de interesses presentes a esta realidade e cujo o objectivo é a sua ampliação enquanto processo social” (Sousa, 1987:84).

Este é o conceito que constituiu o cérebro da nossa pesquisa, visto ser um conceito quanto a nós mais abrangente com um debate mais crítico da questão.

¹⁴ Consciencialização é o processo através do qual as pessoas elevam o seu nível de consciência de forma a permitir: compreender a situação concreta na qual se encontram; analisar as condições reais e actuais de sua existência; exprimir seus verdadeiros interesses e criar formas de acção para a concretização desses interesses (Santos, 1983:40-1)

¹⁵ De acordo com Santos (1983) “organização é entendida como um processo de coordenação sistemática de interesses de determinado grupo, visando alcançar metas específicas...”

¹⁶ Capacitação é um processo em que a população passa a assumir gradativamente o seu próprio processo de consciencialização e organização e se torna capaz de estender a sua experiência ao todo social, penetrando mais a fundo na essência dos problemas e captando as contradições sociais a que está submetida. Como tal, percebendo mais a essência da sua realidade social, tenta encontrar novos modos de agir que respondam mais directamente aos seus problemas (Sousa, 1987:95).

CAPÍTULO-III

1. Descrição da área estudada

A região ora estudada, situa-se no antigo projecto Lioma, no extremo nordeste da Província da Zambézia, Distrito do Gurué, onde faz limite com a Província do Niassa, junto à bacia do rio Lúrio.

O perímetro total acima descrito, delimita uma área na ordem de 92.000 hectares, da qual foram seleccionadas 43.835 hectares para o projecto Lioma, como património fundiário da empresa estatal, prevendo-se não somente a disponibilidade de terras para expandir as explorações económicas, mas sobretudo, a protecção ambiental, de acordo com os princípios e directrizes gerais sugeridos para o desenvolvimento da agricultura do País e que mereceram a aprovação do Governo.

A área seleccionada para a implementação do projecto "OVATA" da Visão Mundial, atinge todas localidades do Posto Administrativo de Lioma nomeadamente: Nintulo, Tetete, Serra, Ruace, Meloza, Maxixe e Mualejane, correspondendo a área que constituiu o objecto de estudo do nosso trabalho.

A área do projecto Lioma compreendia um conjunto de subconjuntos nomeadamente: agricultura, selecção de milho e produção de sementes, introdução de soja e trigo, fruticultura, horticultura, avicultura, suinocultura e bovinocultura leiteira.

Enquanto o segundo e o terceiro subprojecto se voltavam para a pesquisa e a suinocultura para o auto-consumo do projecto, os restantes se orientavam nitidamente para o mercado. Embora assim classificados, a agricultura constituiu o próprio fundamento do projecto Lioma, pois configurava a produção comercial do milho, girassol e feijão numa área de 25.200 hec., fracção superior a 4/5 da superfície explorada do projecto.

Os subprojectos (selecção de milho e produção de milho, introdução de soja e trigo) considerados globalmente sob título "pesquisa", revestiam-se de conteúdo predominantemente experimental, tendo como objectivo, no que toca ao milho a criação de um híbrido moçambicano e a produção de sementes progressivamente melhoradas para o próprio projecto e, no concernente a soja e trigo, os procedimentos de ensaios de seu cultivo em Moçambique, seriam nos moldes previstos.

A horticultura pressupunha uma cultura de 10 hec. de cebola e 10 hec. de outras espécies, com vista principalmente ao mercado e, em segundo plano ao abastecimento do pessoal empregado no projecto.

A avicultura e a fruticultura apresentam dimensões médias de produção, por esse motivo se destinavam a suprir de ovos e de frutas regionais às populações de Gurué e das culturas de chá.

Já a bovinocultura leiteira, deveria propiciar, não só a produção de cerca de 3000 litros de leite diário, suficientes para o suprimento mínimo de uma população de 30.000 pessoas, mas também a sua industrialização em manteiga, requeijão e doce de leite. Cabe, a propósito, observar que esse subprojecto havia sido inicialmente cogitado pelo Governo de Moçambique como o "projecto Namúli", a ser localizado no vale de Mirrole, com o objectivo principal de produzir leite, frutas e ovos para o abastecimento de Gurué e das populações de chá. Estudos posteriores realizados, aquando dos levantamentos de campo para a elaboração do projecto definitivo, concluíram para a inviabilização económica do mesmo, dadas as difíceis condições de acesso a matéria-prima, gerando além disso, pelos altos custos que desviaria oportunidades quanto à escala de prioridades de investimento do País.

Com bases nesses estudos, o Ministério de Agricultura decidiu deslocar a esperada produção de ovos, frutas e leite para a área de Lioma, onde veio a constituir um subprojecto do grande projecto a ser ali instalado, contribuindo também, juntamente com subprojectos de horticultura e suinocultura, para o suprimento alimentar do pessoal envolvido no próprio projecto. A par disso, alargou-se o horizonte de mercado, tendo em mira, embora sem carácter prioritário, o deslocamento de produtos excedentários para os mercados de Mocuba, Quelimane e Nampula.

A esse sistema de machambas estatais de produção para o mercado, estava associado o tipo corrente de machambas familiares, também encontradas na área do projecto, que era sustentado por um sistema agrícola tradicional em que se produzia para a subsistência produtos tais como: mapira, mandioca, milho feijão, arroz e por vezes alguma hortaliça.

A guerra que assolou o País, teve repercussões bastante desastrosas para o projecto. Camiões para o escoamento de produtos, os tractores para a lavra e os produtos que eram

encontrados nos armazéns foram queimados. Associado a isso, registou-se a fuga do pessoal técnico que assegurava o quadro administrativo e agrícola do projecto.

Perante tal cenário, a intenção do Governo em assegurar a produção de diversos produtos para garantir a alimentação da população na região e garantir ao mesmo tempo o desenvolvimento da mesma foram gorados.

Com o fim do conflito armado, começou o reassentamento da população fugitiva. Numa situação de total falta de bens, tornou-se necessário uma intervenção de carácter emergente, onde várias organizações, principalmente as ONGs estrangeiras tiveram um papel determinante.

A partir desse período, até sensivelmente o ano 2000, a Visão Mundial uma ONG estrangeira de carácter humanitária participou activamente nesse processo ao efectuar a distribuição de alimentos, material agrícola, de animais de pequena espécie com destaque ao gado caprino para o repovoamento pecuário, e ao apoio ao sector de saúde na campanha de vacinação de crianças e mulheres grávidas.

Com o fim do período de emergência, a Visão Mundial, alterou a sua filosofia de trabalho na região. Adoptou uma política onde a população local teria um papel mais interventivo. Passou-se da fase de emergência para a fase de desenvolvimento; um desenvolvimento que segundo a organização deve ser sustentável e garantir o desenvolvimento da região. Foi então que a partir do ano 2001 foi introduzido um projecto denominado por "OVATA" que está sendo implementado no mesmo perímetro onde existia o antigo projecto Lioma.

As antigas machambas que faziam parte do projecto Lioma foram distribuídas aos antigos trabalhadores do projecto e a agricultores locais.

O projecto "OVATA" está destinado a toda população da região, quer aqueles que fazem parte das antigas machambas do projecto, ou para aqueles que praticam a agricultura e subsistência ou familiar. De recordar que actualmente, a produção não é industrial verificando-se apenas uma produção para comercialização de pequena escala.

1.1. As ONGs - Sua forma de actuação

Existe uma larga variação no que a expressão "Organização Não-Governamental" significa. Mas para o enquadramento do nosso estudo, consideramos a definição adoptada por Dunn e Collin (1997). Portanto, "ONG, refere-se ao tipo específico de organização que trabalha na área de desenvolvimento, directamente ligadas com a população para ajuda-las a melhorar a situação económica e social". Elas tem um carácter voluntário, independente e não lucrativas.

Segundo Tenório (1997) "as ONGs caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autónomas, isto é, sem vínculo com o Governo, voltadas para o atendimento das necessidades das organizações de base popular, completando a acção do Estado. Têm suas acções financiadas por agências de cooperação internacional em função dos projectos a serem desenvolvidos, e contam com o trabalho voluntário".

Ladim, citado por Tenório (1997), afirma que as ONGs "actuam através da promoção social, visando a contribuir para um processo de desenvolvimento que supõe transformações estruturais da sociedade".

Por sua vez, Williams, também citado por Tenório (1997), afirma que a sobrevivência das ONGs é independente de mecanismos de mercado ou da produção ou existência do lucro".

Nos últimos tempos, vários problemas têm assolado o nosso planeta cujas soluções dependem de uma maior articulação e intervenção de agentes sociais. Aqui, a sociedade civil, luta para ocupar espaços e vários fóruns e a propor vários aspectos sociais de desenvolvimento. Face a essa situação, aparecem as ONGs inicialmente com um carácter assistencialista com soluções a curto prazo, depois, passaram a adoptar como estratégia planos de desenvolvimento com acções localizadas a longo prazo.

Em termos de eficiência, as ONGs apresentam algumas limitações, como observa Tenório (1997), na área administrativa, como desempenho gerencial, profissionalização do pessoal, diminuição de custos indirectos, entre outros elementos relativos a sua operacionalização.

As ONGs com a sua vocação da promoção social nas suas acções deve criar meios para superar esses obstáculos como forma de assegurar o cumprimento dos objectivos

institucionais. Para tal, deve trabalhar por meio de redes, identificar claramente as suas zonas de actuação, os períodos e criar condições de articulação com os cidadãos beneficiários.

1.2. Quadro legal para o funcionamento das ONGS em Moçambique.

Pelo decreto nº 55/98 do Conselho de Ministros, cria-se o quadro legal que define os critérios de autorização, objectivos a atingir e mecanismos de actuação das ONGs estrangeiras.

Assim, ao abrigo do artigo 20 da lei 8/91, de 18 de junho, o Conselho de Ministros decreta:

“serão autorizadas a desenvolver actividades no País as ONGs cujo estatuto se enquadrem no programa do Governo, sobretudo no desenvolvimento rural e per - urbano e, nomeadamente, nos domínios da educação, saúde, abastecimento de água e transferência de conhecimento e de tecnologia”.

As ONGs estrangeiras, deverão criar capacidade nacional de modo a que os seus parceiros prossigam os seus projectos iniciados e assegurem a sua sustentabilidade.

Constitui o objectivo geral das ONGs à assistência das populações na erradicação da pobreza, nomeadamente, através de acções que aumentem o rendimento das famílias e criem emprego.

Para a execução das suas tarefas, compete ao órgão central de tutela da actividade da ONG a indicação da Província para a realização das suas actividades, tendo em conta a necessidade de aplicação do princípio da equidade no desenvolvimento do País. Por sua vez, cabe aos Governos provinciais a indicação do Distrito ou do Município de actuação da ONG, e a este os locais de desenvolvimento dos projectos.

1.3. Governo, ONGs e Comunidade local - sua relação

Segundo Armino (1997), o principal actor nos processos de desenvolvimento comunitário é a própria comunidade local, apesar do papel das suas estratégias e redes sociais, ser o que habitualmente o que merece uma menor atenção por parte das entidades envolvidas

no processo. É a própria comunidade o artífice da construção e desenvolvimento da comunidade, que de modo algum, lhes pode ser imposto a partir de exterior.

O segundo actor mais importante é o Governo do País. Dado que a estrutura internacional está baseada em Estados soberanos, e geralmente aceite pelo menos teoricamente, que é ele que corresponde a liderança e máxima responsabilidade do processo de reabilitação, e a legitimidade para planeá-lo conforme as prioridades que considere necessárias. Só em caso de roturas graves da estrutura de Estado poderia justificar-se a suplantação das suas funções por parte da comunidade internacional.

No entanto, na prática, a imperiosa necessidade de ajuda internacional e a debilidade das estruturas estatais e das próprias comunidades, provoca muitas vezes uma excessiva dependência dos actores internos face aos externos, e uma perda de controlo do processo de desenvolvimento por parte do Governo nacional, provocando uma presença externa massiva.

É neste contexto, que muitas vezes algumas organizações estrangeiras ao tomarem as rédeas de acções de desenvolvimento, executa-as sem entrar em coordenação com as autoridades nacionais, chegando em entrar em colisão em relação aos planos de implementação de vários projectos de desenvolvimento. Numa situação em eles são os detentores de recursos eles possuem um carácter de dominação sobre esses projectos. Como consequência, as relações que se podem manter tendo em conta a questão sobre a participação podem não ser respeitadas, devido o fraco envolvimento de outros actores sociais de desenvolvimento.

Migley, citado por Kliskberg (1997), afirma que “o argumento de que as comunidades locais podem organizar-se de modo espontâneo para melhorar significativamente suas condições sociais é pouco provável, e não é equitativo. É injusto esperar que sectores carentes da comunidade abasteçam-se independentemente de toda forma de ajuda externa, e é pouco provável que possam fazê-lo”.

Para ultrapassar obstáculos e encontrar soluções, é preciso rever em profundidade as relações entre o Estado, ONGs e comunidades locais. Todos devem desempenhar um papel relevante, mas desde que se estabeleça modalidades de relações mútuas.

Para Kliskberg (1997), o Estado deve desempenhar funções básicas de modo a promover ao mesmo tempo o desenvolvimento económico e a equidade, ampliar seu investimento

social, modernizar suas instituições sociais e a sua gerência social e catalizar a grande reforma social necessária.

As ONGs devem concentrar sua acção com vista a conseguir que aumentem a capacidade das comunidades para organizar-se e articular-se, o que permitirá aumentar sua influência real e sua capacidade para negociar.

As comunidades devem trabalhar para aumentar sua participação, participando e exigindo participação cada vez mais maior. Os três actores, devem por fim, vincular-se activamente mediante redes que maximizem o que cada um tem de melhor.

1.4 Visão Mundial Internacional – Informações gerais sobre a organização.

A Visão Mundial é uma ONG cristã, humanitária, fundada a mais de 50 anos por Bob Pierce, um evangelista norte-americano. Tem a sua sede nos Estados Unidos da América e tem parcerias em cerca de 100 Países.

Em Moçambique, iniciou a sua actividade em 1984, estabelecendo pontes aéreas de abastecimento alimentar e medicamentosa para as vítimas da guerra em Tete, e mais tarde para outras Províncias. Em 1992-94, participou no reassentamento de 1,5 milhões de refugiados regressados sob os auspícios do ACNUR, tendo distribuído milhares de toneladas de alimentos.

A partir de 1994 iniciou a transição de um modo de emergência para um desenvolvimento sustentável, onde adoptou uma abordagem multisectorial e integrado de desenvolvimento.

Os objectivos gerais do programa era de restabelecimento de uma maior segurança alimentar, saúde e bem-estar no lar nas zonas rurais, através da aplicação de uma tecnologia sustentável abrangente e o desenvolvimento de recursos humanos.

As áreas prioritárias do projecto abrangiam os sectores da agricultura, saúde, reabilitação de infra-estruturas, apoio a micro - empresas, patrocínio de crianças e apoio de Igrejas de forma integrada, como forma de tornar a vida no campo mais atraente.

Estes programas tinham como cobertura geográfica às Província de Nampula, cobrindo os Distritos de Namapa, Erati, Muecate, Meconta e Murrupula; na Província da Zambézia, os Distritos de Gurué, Gilé, Mopeia, Namacurra, Mocuba, Morrumbala e

Nicoadala; Província de Tete, os Distritos de Mutarara, Changara, Moatize, Macanga, Cahora Bassa e Angónia; Província de Sofala, abrangindo os Distritos de Caia e Chemba e por fim a Província de Gaza, nos Distritos de Xai-Xai e Manjacaze.

As principais fontes de financiamento dos programas da Visão Mundial são provenientes de agências internacionais, nomeadamente: Agência norte-americana para o Desenvolvimento (USAID), Agência Australiana para o Desenvolvimento (AusAid), Agência Canadiana para o Desenvolvimento (CIDA), União Europeia (U.E), Governo Austríaco, Programa das Nações Unidas para a Alimentação (PMA) e as diversas parcerias da Visão Mundial Internacional.

CAPÍTULO-IV

1. Análise dos resultados

A análise dos resultados da nossa pesquisa é situada em quatro pontos fundamentais nomeadamente: Participação comunitária: Métodos e níveis perante a implementação do projecto; o papel dos Líderes comunitários em relação a implementação do projecto; A questão sobre a sustentabilidade e por fim os obstáculos que impedem a participação.

1.1. Participação comunitária: Métodos e níveis perante a implementação do projecto

Após o fim da guerra, a Visão mundial esteve em vários Distritos e em particular no Distrito do Gurué, em programas de emergência com vista a minimizar as grandes carências que se registavam no seio da população da região.

Este período foi até meados do ano 2000, período esse que a organização alterou a sua filosofia de trabalho, passando assim os programas de emergência para os de desenvolvimento.

Foi então, que em outubro do ano 2001, foi introduzido o projecto "OVATA". Segundo um dos técnicos da organização por nós entrevistado no local, antes do projecto começar a sua implementação, algumas acções já haviam começado a ser concretizadas, através de

instalação do pessoal técnico, contactos com as autoridades administrativas locais, identificação das zonas de implementação do projecto, e só mais tarde, a partir de 1 de outubro de 2001, o projecto começou efectivamente a ser implementado.

“OVATA” é um termo chuabo que significa “expansão” ou “ramificação”. Significa que, a actual política da organização é de expandir mais as suas acções para outras regiões onde os anteriores programas não atingiam, e criar uma abrangência maior em termos de número de beneficiários.

Como corolário disso, encontramos a subdivisão do projecto em duas regiões: “OVATA” sul que compreende os Distritos de Mopeia, Morrumbala, Namacurra e Nicoadala; e o “OVATA” norte que abrange os Distritos do Gurué, Alto-Molócue, Gilé e Namarroi.

Este projecto, está programado para uma duração de 5 anos, com financiamentos garantidos pela USAID

Perante o impacto das suas realizações, ele pode ser interrompido, quando os resultados a serem registados não irem de acordo com os previstos na elaboração do mesmo, ou então ser renovado se os resultados forem satisfatórios.

“A vontade de acabar ou não com o projecto não depende de nós, depende do doador mediante a avaliação que ele faz. Se ele constatar que os resultados pelos quais o projecto tinha sido preconizado não estão a ser atingidos, ele pode cortar o financiamento”¹⁷.

Na região do Gurué o projecto tem duas componentes principais: a “OVATA” agricultura e a nutrição HIV/SIDA. Para além dessas duas componentes, a “OVATA” está subdividida nas áreas de comercialização e na gestão dos recursos naturais, concretamente no plantio de árvores de sombra e de frutas.

Partimos do princípio de que a prática do desenvolvimento comunitário, quer seja através de agentes externos ou instituições do sector público, deve ser analisada numa perspectiva da participação popular.

O tema sobre a participação comunitária constitui nos últimos tempos como um dos eixos centrais da discussão mundial sobre o desenvolvimento social, conforme observa Kliksberg (1997). Segundo ele, *“ há consensos em que é possível obter através da participação, resultados bastantes efectivos e que numerosos problemas fundamentais*

¹⁷ Entrevista com um dos técnicos da organização

ligados ao desenvolvimento social podem ser enfrentados quando envolvem a participação das comunidades pobres, rurais e urbanas, em sua solução”.

De acordo com Sousa (1987) *“a participação constitui-se num dos requisitos de realização do ser humano. O desenvolvimento social do homem requer participação nas definições e decisões da vida social”.*

Nas palavras de Demo (1996), é em essência auto-promoção e ela existe enquanto conquista processual. Assim não existe uma participação que seja qualificada como suficiente, nem acabada. Isso significa que, a participação se for considerada como completa, ela começa a se degenerar. A participação não pode ser entendida como oferta, como concessão nem como algo preexistente¹⁸.

A Visão Mundial no processo de implementação do seu projecto “OVATA”, tem em vista a melhoria da segurança alimentar e assegurar um incremento na produção em cerca de 10% ao ano.

Se tomarmos em conta a percentagem de 10% de produção como um indicador mensurável, a questão do estudo diagnóstico seria determinante, visto ser um método para avaliar as condições para que esse valor fosse alcançado sem sobressaltos. As nossas constatações no terreno não nos dão essas indicações.

O principal alvo do projecto são as famílias camponesas, que após o anúncio do mesmo são alistados em grupos de 20 a 25 elementos que são posteriormente formados em centros de treinamento devidamente identificados. Os técnicos da organização trabalham normalmente com 10 a 15 grupos o que perfaz cerca de 250 famílias por ano. Esse número pode subir, sobretudo se a adesão de mais populares ao projecto for subindo.

“Muitas vezes, o projecto tem pouca adesão no começo em certas regiões, só depois, os que se encontram a margem do projecto, descobrirem as vantagens das novas técnicas é que começam a aderir em massa. Se o número de populares subir, fazem-se mais grupos para que o treinamento se realize com facilidades”¹⁹.

¹⁸ “... não pode ser entendida como dádiva porque não seria produto de conquista, nem realizaria o fenómeno fundamental da auto-promoção; seria de todos os modos uma participação tutelada e vigente na medida das boas graças do doador, que delimita o espaço permitido.

Não pode ser entendida como concessão porque não é fenómeno residual ou secundário da política social, mas um dos seus eixos fundamentais. Não pode ser entendida como algo preexistente, porque o espaço de participação não cai do céu por descuido, nem é o passo primeiro”. (Demo, 1996:18)

¹⁹ Entrevista com um técnico de campo

A pouca adesão que se verifica no início dos projectos, deve-se ao facto da população desconfiar da real concretização dos mesmos ou então, do impacto que poderão trazer à comunidade. Essa desconfiança advém do facto, que alguns projectos já implementados na região virem revestidos de muitas promessas que muitas vezes não são cumpridas.

Por esse motivo, nem todas as pessoas da região estão envolvidas no projecto, o treinamento de novas técnicas de cultivo é feito por parte da população. As que participam são aquelas que se encontram em algumas unidades de associações e alguns de forma particular.

Um outro fenómeno que se regista perante a implementação do projecto prende-se com o facto de em algumas regiões, a população depois de estar envolvida no projecto, começam a abandonar ou pelo menos a reduzir os níveis de produção primeiramente aceite. Um caso ligado a esse fenómeno regista-se no povoado de Contano, onde populares abriram uma nova linha de produção que apesar ser de rendimento, não consta dos planos do grande projecto da Visão Mundial. Trata-se da produção de tabaco, que segundo alguns entrevistados no local, justificaram a mudança do tipo de produção, visto o tabaco ser mais rentável durante a comercialização, e de considerarem o principal interveniente (a Companhia JFS), honesta e cumpridora dos seus compromissos.

Os intervenientes da comercialização do milho, feijão, amendoim, etc, são poucos para além de serem desonestos.

*"Não estamos satisfeitos com os preços que eles estipulam, e o tipo de balanças que usam. São balanças irrealistas que depois de venderes o teu produto, sentes que o teu trabalho foi mal compensado"*²⁰

O projecto tem como aposta a distribuição de sementes às populações. Nem toda a semente que é distribuída constitui uma oferta. A Visão Mundial, na implementação do projecto, tem trabalhado em parcerias com outras organizações. Um dos parceiros desse projecto é a SEMOC que tem ajudado nesse processo de distribuição e venda de semente.

"Nós intervimos como facilitadores, visto que a SEMOC é uma instituição que vende sementes e a população sabe disso, então, aquelas sementes que são pertença da

²⁰ Relatos de um camponês na região

SEMOC, a população paga, ou ao técnico ou, a própria organização faz a cobrança a população mediante o acompanhamento do técnico”²¹

A semente que pertence a Visão Mundial, concretamente a semente de amendoim, são formados grupo comunitários designados por “banco de sementes”. No banco de sementes, o indivíduo que é beneficiário do projecto, recebe uma certa quantidade de sementes, e ao fim de uma determinada campanha, deve devolver a mesma quantidade que se beneficiou entregando ao líder do grupo. Esse processo, acontece visto que a quantidade de sementes não é grande. Através desse mecanismo de formação de “bancos de sementes” fará que indivíduos que não tinham se beneficiado da semente naquela campanha, possa então receber através daqueles que irão devolver parte da sua colheita.

Segundo Francisco (2001), a participação, mais do que uma representação ilusória, é um processo que procura aprender a natureza plural da sociedade, buscando sempre novas formas metodológicas de abordar dois eixos centrais:

- A incorporação dos sujeitos implicados nas acções, tais como aqueles que tomam as decisões, os que implementam as acções, os beneficiários das acções, e outros que directa ou indirectamente estão relacionados com a tomada de decisões e com o impacto das acções.
- O segundo objectivo está ligado ao desencadeamento de um processo de aprendizagem social. Este tipo de participação, tende a socializar e acrescentar novas informações e conhecimento que, muitas vezes, encontram-se compartimentados nas diversas equipas de trabalho e nos beneficiários.

A participação dos diversos grupo envolvidos num determinado projecto, permite trazer à superfície as várias realidades relacionadas com o propósito e resultados desse projecto, através da colocação em debate avaliativo da diversidade de valores, expectativas, opiniões e representações que se tem da acção que permite a esses sujeito participarem da avaliação. Isso faz-se com que se atinja um processo de debate entre os gestores, a comunidade beneficiária e os técnicos envolvidos nos programas.

De acordo com Carvalho (1998), *“a participação dos beneficiários nas acções garantem a avaliação com maior densidade os programas, o que limita o risco da comunidade*

²¹ Relatos de um técnico.

permanecer periférica. Para tornar a participação rica e fértil, é preciso que seja disponibilizada a informação necessária a respeito de análises, novos interlocutores, como forma de se poder ampliar o debate reflexivo de todos os envolvidos no processo”.

Dós nossos entrevistados na região, foram unânimes em afirmar que não tiveram a oportunidade de participar em nenhum debate relacionado com o projecto.

*“Fiquei a saber sobre o projecto através de uma reunião que houve no comité, os que aceitaram o projecto foram alistados, naquele dia, muitos não concordaram com o projecto ficando assim de fora, mas pouco aos poucos eles estão a gostar do projecto, e procuram do técnico para se alistarem”.*²²

Uma outra constatação nossa, do abandono de parte do projecto está ligada com uma cultura nova na região introduzida pelo projecto. Trata-se da “papríca” que após a distribuição a população foi informada que os resultados da colheita, uma certa companhia denominada “Cheeth-International” sediada em Nampula compraria o excedente com o preço fixo de 25.000,00 Mt.

Após a colheita, a companhia encarregou-se em recolher os produtos aos camponeses, ficando a promessa de um dia registar-se o pagamento. Após longo tempo de espera, os valores que chegaram a serem pagos não foram aqueles inicialmente prometidos, chegando a se pagar 19.000,00 Mt.

Esse valor não agradou aos camponeses, pois as expectativas depositadas do resultado desta venda eram grandes. Como consequência na campanha seguinte todos camponeses da região abandonaram o cultivo da “papríca” deitando abaixo a iniciativa da organização em garantir essa cultura tida como de rendimento.

1.2. O papel dos Líderes comunitários em relação a implementação do projecto

Outra camada da comunidade que se sente pouco envolvida no projecto são os próprios Líderes locais, que foram unânimes em afirmar que só tiveram conhecimento do projecto quando estava prestes a sua implementação.

²² Entrevista concedida a um dos beneficiário

“Eu fiquei a saber do projecto aquando da reunião que houve na sede da Visão Mundial em Lioma... nós não temos muita escolha devido a nossa condição de pobreza, aceitamos aquilo que nos dão”²³.

O papel desempenhado pelos Líderes tradicionais é fundamental, conforme observa Kliksberg (1997), “os Líderes tradicionais são importantes não apenas para romper com a apatia das pessoas, como também para dar a credibilidade e a legitimidade aos programas”.

A liderança comunitária, é destacada por diversos autores como factor importante na integração moral da comunidade e também nos diversos escritos dirigido ao desenvolvimento comunitário.

“Quando mais se desenvolve o processo de liderança presente na população, mais se cria uma estrutura sólida de apoio ao desenvolvimento comunitário” (Sousa, 1987:223).

O papel do líder comunitário é determinante na recepção, legitimação e sustentabilidade dos projectos a serem implementados na comunidade.

“ Deixei que a vontade da população se manifestasse. Quem quiser pode aderir ao projecto, quem não quer fica de fora. Os que já estão a beneficiar-se dele e acharem que já não lhes é rentavel podem abandonar, depende de cada um”²⁴

Este discurso foi repetido por vários Líderes que não esconderam a sua indignação ao não serem consultados para a mudança do projecto e por vezes em relação a várias acções no processo de implementação deste novo projecto.

O papel do Líder tradicional neste projecto está relegado ao segundo plano. A sua voz não constitui a força motriz para que todas as intenções do projecto sejam concretizadas.

Um facto concreto pode ser visto em situações em que um projecto perde a sua legitimidade e populações inteiras abandonam parte do projecto sem a intervenção dos próprios Líderes.

²³ Entrevista concedida a um Líder comunitário.

²⁴ Entrevista concedida ao régulo de Nintulo.



1.3. A questão sobre a sustentabilidade

Um dos processos que figuram em diversos programas de desenvolvimento comunitário, refere-se ao aspecto ligado à sustentabilidade. A sustentabilidade é um termo largamente usado em muitas obras de programa de natureza social, com diversificadas interpretações que vão desde o político, sócio-cultural, o económico até o ecológico.

Mas para esse trabalho, preferimos usar a sustentabilidade referente a viabilidade de programas de acordo com as acções planeadas, os recursos disponíveis e o tempo de implementação; a correspondência das necessidades e prioridade das comunidades; previsão pelos programas da continuidade dos programas depois do financiamento externo chega a seu termo; o grau de eficácia²⁵ e eficiência²⁶ presente no programa.

O projecto "OVATA", tem a previsão de duração para 5 anos, e mediante as nossas consultas, ninguém foi capaz de dizer se o projecto será renovado para outros tantos anos. Como é do nosso conhecimento, o projecto "OVATA", tem a maior parte do financiamento garantido pela USAID, que pode dar por concluído o projecto em virtude, de não poder corresponder às expectativas delineadas no início.

A duração de 5 anos para um projecto desta natureza pode não ter os efeitos desejados, visto ser necessário mais tempo para a população acostumar-se a ele que vai permitir maior aderência das mesmas, às novas técnicas de cultivo que vão garantir a sustentabilidade do mesmo. O processo de passagem de sementes de um indivíduo para o outro pode ser um dos mais afectados pois, durante esse período e em caso de o projecto dar o seu termo, pode acontecer situações em que algumas pessoas que inicialmente eram dadas como estando envolvidas no projecto, não terão se beneficiado desta mesma semente, pondo em causa os objectivos iniciais do projecto.

Algumas acções ligadas ao projecto em algumas regiões estão a serem abandonadas por alguns camponeses, algumas técnicas de sementeiras por vezes não são obedecidas com rigor por parte de alguns camponeses. Estas atitudes põem em causa a eficiência da implementação do projecto, porque o cumprimento das acções não é feita de forma

²⁵ Entendendo a eficácia como um conjunto dos seguintes elementos: a realização das coisas certas para o programa de modo a atingir os objectivos, obtenção dos resultados que estejam de acordo com o planeado.

adequada com o planeado. Como consequência os resultados delineados para o projecto não são alcançados de forma satisfatória.

1.4. Os obstáculos que impedem a participação comunitária

Um dos aspectos negativos que impede a participação activa da população nos projectos, está relacionado com a questão da pobreza com refere Kliksberg (1997). A pobreza extrema leva a um vazio de poder nas comunidades, as organizações de base populares debilitam-se criando condições desfavoráveis para o estabelecimento e a consolidação de organização popular sólidas, que possam lutar para ocupar espaços no processo de participação dos projectos.

A essas situações, somam-se diversos erros institucionais na implementação de processos orientados para promover a participação da população na formulação de estratégias sociais.

Em relação ao projecto "OVATA", os aspectos que possam impedir uma participação popular pode-se destacar:

- 1) Não houve auscultação das reais necessidades da população, principalmente no momento da alteração de um programa para o outro. Isso impediu desde logo a motivação de participar.
- 2) O papel a ser desempenhado pelos Líderes locais não foi respeitado. Os líderes comunitários não constituíram o elo de ligação entre a comunidade e a organização, pois assim os projectos a serem implementados, teriam maior legitimação e credibilidade no seio da comunidade.
- 3) Regista-se na região um efeito de frustração por parte da população, visto que, foram abertos vários projectos que tiveram grande aderência e que logo foram abandonados pelas organizações doadoras. A comunidade se sente enganada, pois comparando com outros projectos, pensam que também esse não terá aquela sustentabilidade desejada, pois vários projectos iniciados na região deixaram de ter assistência, por isso, desconfia a eficácia deste novo projecto e logo reluta a participar.

²⁶ A eficiência entendida como uma condução do processo de implementação e uma forma adequada, o cumprimento com as acções planeadas, a rentabilização dos programas entendida como o não desperdício do tempo, de recursos e de actividades planeadas.

O projecto denota um processo de tomada de decisão bastante centralizado. A intervenção dos técnicos assistentes do projecto e o seu coordenador é muito limitada.

"A minha experiência aqui, é que o técnico não tem capacidades nem de alterar seja o que for, sem que seja a partir do gestor. Essa é a minha experiência. Acho que o sistema de operações é muito fechado, tudo depende do gestor e só.

Por exemplo se nós queremos ter plantas aqui, não podemos te-las na base da nossa vontade. Existem pessoas a mais de duas semanas a espera de plantas e numa altura que haviam chuvas suficientes par se realizar o plantio, a vinda dessas plantas não dependem só do técnico mas sim do gestor. E isso tem reflexos negativos na própria comunidade que não percebe dessas burocracias. O camponês é um indivíduo que sabe programar a sua campanha agrícola, ele sabe quando começa e terminam as chuvas, se ele precisa de plantar uma árvore naquele tempo que ele pediu é porque é naquele instante que necessita para plantar. Muitas vezes os gestores parecem não perceber disso, e é por isso que ouvimos aqui no terreno a população a afirmar que a Visão Mundial vem aqui, promete muito e não põe as coisas no sítio e na hora. Eu penso que é um centralismo muito exagerado"²⁷.

Mediante a esse facto, a questão da participação comunitária é afectada, visto não existir uma boa coordenação das actividades em todo processo.

CAPÍTULO-V

1. Conclusões e recomendações

1.1. Conclusões

Embora a participação da comunidade local no projecto seja um dos elementos fundamentais do discurso adoptado pelos técnicos da organização, a nossa constatação foi de que se verificam por conseguinte, em vários momentos que envolve o projecto, que população local não é o principal actor no processo de desenvolvimento da sua comunidade. Verifica-se que são os próprios doadores ou os planificadores desses projectos que trouxeram os esquemas já desenhados, para que estes sejam levados em

²⁷ Entrevista concedida por um dos técnicos.

consideração e prontos a serem implementados no terreno. Deste modo, os beneficiários não fazem mais nada, senão aderirem ao trabalho., através de uma espécie de motivação popular daquilo que está esquematizado e preparado para que os técnicos levem aos locais de implementação, fazendo querer aos locais, que aqueles são os problemas que devem ver como os prioritários a serem resolvidos.

A aderência da população ao projecto é vista como sendo uma das formas da própria população poder produzir e comercializar os seus produtos, visto que dessa forma, ela poderá se capitalizar e adquirir outros produtos que eles não produzem e colocarem seus filhos nas escolas.

Apesar dessa adesão, grande parte da população não acredita que os grandes problemas que lhes afectam não serão resolvidos, visto que, apesar de notarem o aumento da sua produção, a comercialização não é acompanhada a esse aumento, acontecendo situações, em que os produtos chegam a apodrecer em celeiros. A vontade da população em aumentar a sua produção, está directamente relacionado com o aumento da comercialização dos seus produtos.

Perante a pesquisa por nós efectuada, constatamos que a nossa primeira hipótese foi verificada. O processo de elaboração e de tomada de decisão sobre os projectos da organização não são acompanhados pela população os verdadeiros actores do processo de desenvolvimento comunitário. Os membros da comunidade são uns simples seguidores do projecto e não têm oportunidades de tomarem decisões importantes. É de notar que em depoimentos por nós recolhidos, revelam-se problemas sérios de articulação entre a população e a organização no capítulo sobre a participação. Todos os indivíduos têm o direito de participar da vida social, principalmente quando lhes diz respeito.

Os técnicos envolvidos no projecto, não têm formação na área em que estão directamente trabalhando – a área de desenvolvimento comunitário. Por esse motivo, eles poderão estar a confundir formas de actuação do método pedagógico sobre o desenvolvimento comunitário (organização, capacitação e consciencialização), com o processo de inculcação. O processo de inculcação não leva em consideração as características e particularidades sociais da população a ser trabalhada. Parte-se sempre do princípio que a população tem sempre as mesmas necessidades e elas são tantas que qualquer acção em seu benefício é importante.

A nossa segunda hipótese não foi verificada perante a realidade observada. Se é que podemos falar da fraca participação da comunidade não se deve a questão de o projecto não corresponder aos anseios da população. A fraca participação está relacionada ao processo de elaboração e tomada de decisões perante algumas acções referente ao projecto. Na fase de implementação constatamos que a participação é relativamente maior, apesar de ser necessário, por parte da organização introduzir alguns mecanismos de acções para cativar mais a população a se envolver no projecto.

1.2 Recomendações

A região de Lioma, é uma região fortemente agrícola como nos referimos no início deste trabalho. A grande fonte de rendimento da população local é a prática da agricultura e a realização de comercialização de pequena escala. Nesse contexto, a produção da população deve ser acompanhada por campanhas de comercialização.

Se intenção da Visão Mundial é de criar condições para um incremento da produção e garantir um índice de segurança alimentar, então torna-se necessário que crie condições para que a população goste dos seus projectos. Nessa ordem de ideias recomendamos o seguinte:

- A criação de mecanismo de intervenção honesta, com reduzidos custos à população no processo de comercialização.
- Abertura de espaço para uma maior participação dos Líderes locais no processo de tomada de decisões, para dar mais legitimidade aos projectos no seio da comunidade.
- Criação de associações (algumas já existem), e dar maior apoio em acessoria técnica, financeira e material.

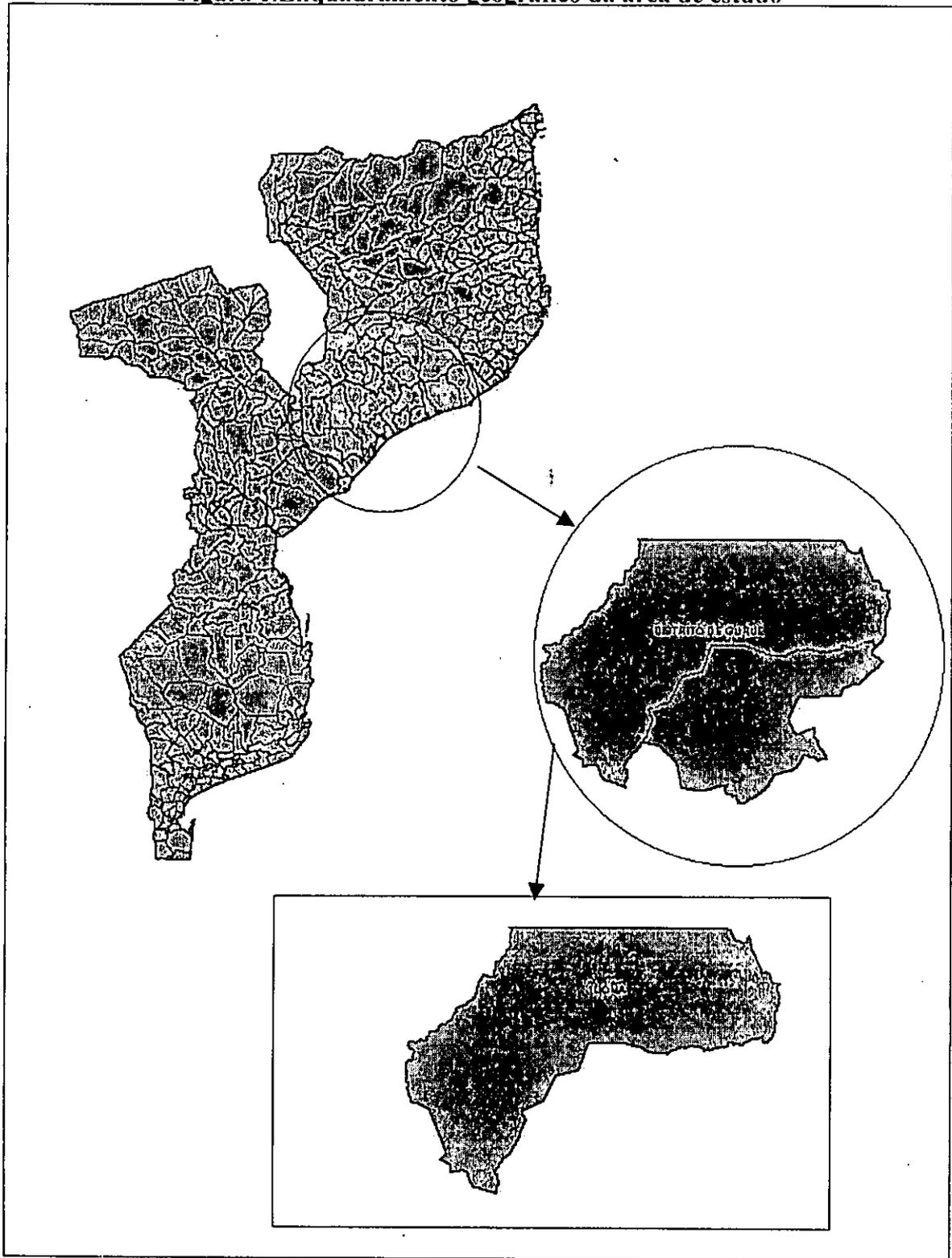
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrahanssob, H. & Nilsson, A. (1994) – *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Padrigu.
- Amman, S. (1991) – *Movimento popular do bairro: de frente para o estado, em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez Editora.
- Arendt, H. (2000) – *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária.
- Baptista, M. (1981) – *Planejamento: Introdução à metodologia do planejamento social*. São Paulo: Moraes.
- Bandeira, P. (1999) – *Participação, articulação de actores sociais e desenvolvimento regional*. Brasília.
- Ball, C.& Dunn, L. (1997) – *ONGs: directrizes para uma boa política e prática*. Commonwealth Foundation.
- Biddle, W. & Biddle, L. (1969) – *Estímulos ao desenvolvimento de comunidade: um guia para o treinamento de Líderes locais*. Rio de Janeiro: Agir.
- Bobbio, N. (1994) – *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro.
- Birou, A. (1982) – *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa, Dom Quixote.
- Chichava, J. (1999) – *Participação comunitária e desenvolvimento: o caso dos grupos dinamizadores em Moçambique*. Maputo.
- Cbciss, (1986) – *Teorização do serviço social*. São Paulo: Agir.
- Cohen, E. & Franco, R. (1993) – *Avaliação de projectos sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Dahl, R. (1989) – *um prefácio a teoria democrática*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Demo, P. (1999) – *Participação é conquista*. Rio de Janeiro: Cortez Editora
- Francisco, A. A. (2001) – *Desenvolvimento comunitário em Moçambique: contribuição para a sua compreensão crítica*. Rio de Janeiro.
- Freire, P. (1979) – *conscientização*. São Paulo. Cortez & Moraes.
- Fritzen, S. J. (1996) – *Relações humanas interpessoais (nas convivências grupais e comunitárias)*. Petrópolis: Vozes.
- Giddens, A. (1999) – *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP.
- Gómez, J. M. (2000) – *Política e democracia em tempos de Globalização*. Petrópolis: Vozes.

- **Grzybowski, C. (1987)** – *Caminhos e descaminhos dos movimentos no campo*. Petrópolis: Vozes
- **Kliksberg, B. (1997)** – *O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente*. São Paulo: Edições FUNDAP.
- **Krug, J. (1984)** – *Mobilização comunitária*. São Paulo: Cortez Editora
- **Neto, A. & Garcia, S. (1987)** – *Desenvolvimento comunitário: princípios para acção*. a Rio de Janeiro.
- **Ogorma, F. (1981)** – *Dinâmica comunitária: nas palavras do povo*. Petrópolis: Vozes.
- **Pinto, J. . (1980)** – *Reflexões sobre o desenvolvimento social e acção comunitária*. Recife.
- **Ross, M. G. (1964)** – *Organização de comunidade*. Pontifícia católica, Rio de grande de sul: Porto alegre.
- **Sousa, M. L (1987)** – *Desenvolvimento de comunidade e participação*. São Paulo: Cortez editora.
- **Valá, S. C. – Os imperativos da participação comunitária no desenvolvimento**. Artigo publicado no jornal Domingo, 11.01, nº 833:18, Maputo.
- **Wanderley, M. B. (1993)** – *Metamorfozes do desenvolvimento de comunidades e suas relações com o serviço social*. São Paulo, Cortez Editora.
- **Ware, C. F. (1960)**, *Estudo da comunidade: manuais de serviços nº 1, serviço social rural*, Rio de Janeiro.

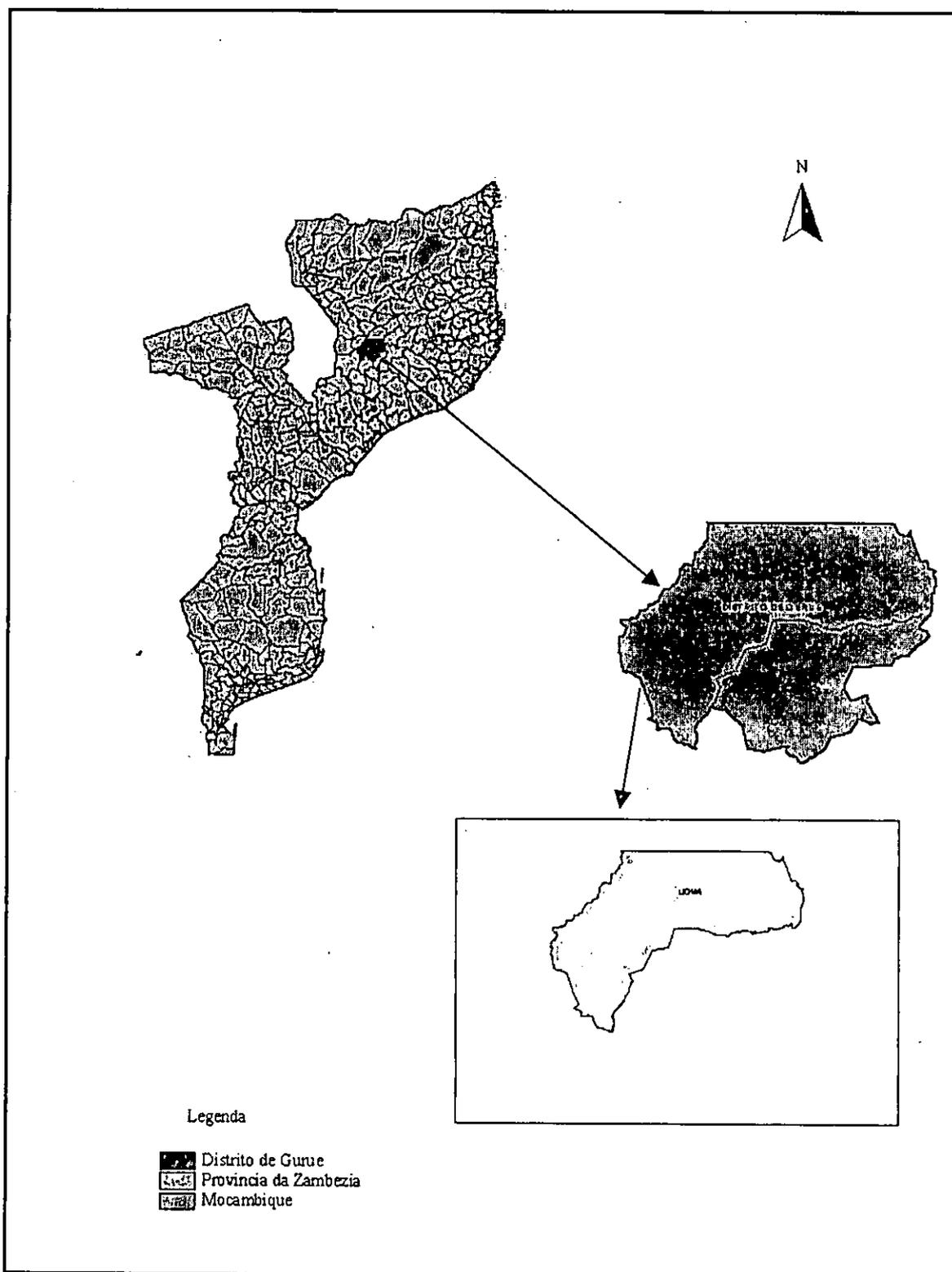
ANEXO 1

Figura 1. Enquadramento geográfico da área de estudo



Fonte: DINAGECA, 2000-GIS-UEM

Figura 1. Enquadramento geográfico da área de estudo



ANEXO 2

GUIÃO PARA O TRABALHO DE CAMPO

Aos técnicos da organização

- objectivos
 - recursos
 - resultados actuais
- Em que fase do projecto a população local participou e qual foi o grau de participação.
- Quais foram as técnicas usadas: (Reuniões, Workshops, filmes, etc.), foram utilizadas para comunicar com a população sobre o programa.
- Mecanismo de sustentabilidade:
- Formação
 - Capacitação
 - Organização
- Mecanismos de tomada de decisão.
- Mecanismos de circulação da informação

NOTA: Estes mecanismos fazem com que o técnico, face a uma nova situação, pode accionar mecanismos de solução de problemas junto à população, sem recorrer à sede (topo).

Handwritten signature:
M. J. Costa

Aos líderes locais

- Falar da presença do programa
- O seu envolvimento na elaboração dos projectos
- Os benefícios que trás à comunidade local
- Garantias de sustentabilidade
- A participação da população local

Aos beneficiários do programa

- De que forma o programa foi implementado
- Que contribuições foram dadas pela população local
- Será que são aceites
- Quais os verdadeiros recursos locais são usados para a efectivação do programa
- A questão da sustentabilidade

ANEXO 3



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

2.º SUPLEMENTO

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde consta, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 55/98:

Cria quadro legal que define os critérios da autorização, objectivos a atingir e mecanismos da actuação das Organizações Não-Governamentais Estrangeiras.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 55/98
de 13 de Outubro

O papel complementar das Organizações Não-Governamentais (ONG's) estrangeiras às iniciativas do Governo, esforço de reabilitação e desenvolvimento do país, impõe a criação de um quadro legal que defina os critérios da autorização, objectivos a atingir e mecanismos da sua actuação.

Assim, ao abrigo do artigo 20 da Lei n.º 8/91, de 18 de Maio, o Conselho de Ministros decreta:

ARTIGO 1 (Definições)

Para efeitos do presente decreto entende-se:

Organizações Não-Governamentais (ONG's) — pessoas colectivas de direito privado, de natureza não lucrativa, constituídas, nomeadamente, em programas de emergência, reabilitação ou desenvolvimento. Podem ser associações, sociedades ou outras pessoas colectivas da mesma natureza que prossigam fins de cooperação para o desenvolvimento social e económico.

2. Autorização — outorga necessária para que a ONG possa iniciar e desenvolver as suas actividades no território nacional.

3. Órgão Central de tutela — Ministério que supervisiona a principal actividade a ser exercida pela ONG no território nacional.

ARTIGO 2

(Princípios gerais)

1. Serão autorizadas a desenvolver actividades no país as ONG's cujos estatutos se enquadrem no programa do Governo, sobretudo do desenvolvimento rural e peri-urbano e, nomeadamente, nos domínios da educação, saúde, abastecimento da água e de transferência de conhecimentos e de tecnologia.

2. As ONG's estrangeiras deverão criar capacidade nacional de modo que os seus parceiros prossigam os projectos iniciados e assegurem a sua sustentabilidade.

3. Na prossecução das suas actividades as ONG's estrangeiras estão interditas de realizar ou promover acções de natureza política.

ARTIGO 3

(Objectos)

Constitui objectivo geral das ONG's o dedicarem-se à assistência das populações independentemente da sua etnia, raça, religião ou estatuto social bem como participarem na erradicação da pobreza, nomeadamente, através de acções que aumentem o rendimento das famílias e criem emprego.

ARTIGO 4

(Âmbito de aplicação)

O presente decreto aplica-se às ONG's estrangeiras que realizam as suas actividades na República de Moçambique no contexto dos programas nacionais de emergência, reabilitação ou desenvolvimento.

ARTIGO 5

(Autorização)

1. É delegada no Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação a competência para autorizar o início das actividades das ONG's estrangeiras, ouvido o órgão central de tutela.

2. A autorização a que se refere o n.º 1 do presente artigo é solicitada, mediante requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada de estatutos que comprovam a sua existência legal no país de origem;
- b) Proposta do programa geral de actividades que pretende realizar em Moçambique;
- c) Descrição da história da organização e sua experiência de trabalho;
- d) Quadro de pessoal que se propõe utilizar;
- e) Documento comprovativo de capacidade e disponibilidade de recursos financeiros necessários para realização das actividades em Moçambique.

3. Deverão ainda constar do requerimento, nome da ONG, a sua sede ou domicílio.

ARTIGO 6

(Início da actividade)

1. As ONG's apenas deverão iniciar as suas actividades após o despacho de autorização.

2. Autorização a que se refere o n.º 1 do presente artigo terá a validade de dois anos, podendo ser prorrogado se as partes assim o convirem.

3. O órgão central de tutela aprovará o programa de actividades proposto pela ONG, de acordo com a política sectorial e verificará se o mesmo complementa o programa do Governo.

4. Compete ao órgão central de tutela da actividade da ONG a indicação da província para a realização das suas actividades, tendo em conta a necessidade da aplicação do princípio da equidade no desenvolvimento do País. Cabe aos governos provinciais a indicação do distrito ou do município de actuação da ONG e a estes os locais de desenvolvimento dos projectos.

ARTIGO 7

(Provimento de postos de trabalho)

A contratação de trabalhadores estrangeiros deve obedecer à legislação laboral em vigor no País.

ARTIGO 8

(Relatório de actividades)

Durante o exercício das suas actividades as ONG's deverão apresentar anualmente relatórios de actividades de acordo com procedimentos a definir pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

ARTIGO 9

(Obrigações fiscais)

1. As ONG's deverão registar-se na Repartição de Finanças da respectiva área fiscal, após a autorização referida no n.º 1 do artigo 6. antes do início da sua actividade.

2. As ONG's estão sujeitas à fiscalização ou auditoria fiscal, nos termos precisos da legislação fiscal em vigor.

ARTIGO 10

(ONG's em actividade)

As ONG's estrangeiras existentes a data da entrada em vigor do presente decreto deverão no prazo de cento e vinte dias proceder aos reajustamentos necessários a sua conformação com o disposto no presente diploma.

ARTIGO 11

(Casos omissos e legislação aplicável)

1. Para os casos omissos no presente decreto, aplicar-se-á a Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, o Decreto n.º 53/95, de 5 de Dezembro, e demais legislação em vigor.

2. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação aprovará o regulamento de aplicação do presente decreto.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.

ANNEX 2

Regulamento de aplicação do Decreto sobre as actividades das Organizações Não Governamentais Estrangeiras.

Artigo 1

Objecto

O presente regulamento tem por objecto estabelecer as formas de autorização do registo e o desenvolvimento de actividades pelas ONG's

Artigo 2

Âmbito de Aplicação

1. O presente regulamento aplica-se apenas as ONG's estrangeiras devidamente constituídas, no País de origem.
2. Para o presente regulamento são ONG's, as pessoas colectivas de direito privado, de fins não lucrativos, envolvidas nomeadamente, em programas de emergência, reabilitação ou desenvolvimento. Podem ser associações, fundações ou outras pessoas colectivas da mesma natureza, que prossigam fins de cooperação para o desenvolvimento social e económico.

Artigo 3

Instrução do Pedido

1. As ONG's formularão o seu pedido de colaboração dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, mediante requerimento, acompanhado dos documentos seguintes:
 - a) Cópia autenticada de estatutos que comprovem a sua existência legal no País de origem, na língua oficial da República de Moçambique.
 - b) Proposta do programa geral de actividades que pretende realizar em Moçambique e indicar o montante financeiro a envolver no programa.
 - c) Descrição da história da organização e a sua experiência de trabalho.
 - d) Quadro do pessoal que se propõe utilizar, com a indicação das designações.
- a) Documento comprovativo de capacidade e disponibilidade de recursos financeiros passada pela entidade financiadora, instituição financeira ou bancária.
2. Preencher a ficha de inscrição em uso no Departamento das ONG's (anexo.1)
3. É vedada a realização de actividades que não constem dos estatutos da ONG, bem como a realização de actividades que não tenham tido a devida autorização pela entidade competente.

Artigo 4

Início de Actividades

1. Com o despacho de autorização, a ONG deverá registar-se na Repartição das Finanças da respectiva área fiscal antes do início da sua actividade.
2. As ONG's apenas deverão iniciar as suas actividades após o despacho de autorização de início das actividades.
3. Solicitar a devida autorização de trabalhos para os técnicos expatriados e registo dos trabalhadores moçambicanos ao serviço da organização na Direcção Provincial de trabalho da área de jurisdição, assim que inicie a sua actividade.
4. Solicitar autorização como representante da organização ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação através de carta de sede da organização, devendo para o efeito juntar o respectivo curriculum vitae.
5. Ao representante da organização ser-lhe-á emitido uma permissão de trabalho de conformidade com a lei em vigor.

Artigo 5

Validade da Autorização

1. A Autorização, como Organização Não Governamental estrangeira, tem a validade de dois anos contados a partir da emissão do respectivo despacho de autorização.

Artigo 6

Renovação

1. A renovação de validade do despacho de autorização é da competência do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
2. O pedido de renovação da validade do despacho de autorização é feito por requerimento dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação até 30 dias antes do término da sua validade.
3. Ao requerimento mencionado no n° 2 do presente dever-se-à juntar:
 - a) Cópia do despacho de autorização cuja validade se pretende renovar

- b) Cópia do registo efectuado na Repartição de Finanças
- c) Programa de actividades
- d) Relatório de actividades

Artigo 7

Reinscrição

É permitida a Organização Não Governamental cujo pedido de autorização tenha sido indiferido ou cujo despacho de autorização tenham sido cancelado ou mesmo perdido a sua validade, submeter novo pedido de autorização, nos termos do artigo 3d o presente, desde que tenham cessado as razões que levaram ao indiferimento ou cancelamento.

Artigo 8

Prova de autorização

A prova de autorização da Organização Não Governamental estrangeira, será feita mediante apresentação do despacho de autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Artigo 9

Parcerias

Poderão ser assinados ~~contratos programas~~ programas com instituições parceiras de colaboração prestada pela ONG como forma de estabelecer o vínculo de responsabilização das partes envolvidas sobre as actividades a realizar.

2. Os contratos programa só serão assinados mediante a apresentação do despacho de autorização Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, respeitando os prazos da sua validade.

Artigo 10

Dominios de actuação

O objecto principal da actuação das ONG's estrangeiras é a luta contra a pobreza e contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do País sobretudo nas áreas rural e peri-urbana. Neste contexto as ONG's deverão desenvolver as suas actividades prioritariamente nos seguintes domínios:

- a) Provisão e assistência, isto incluirá entre outros a provisão de sementes apropriadas, o fornecimento de utensílios e alfaias agrícolas e fomento de gado com mais ênfase a espécie resistente a seca ou doenças;
- b) Actividades de saúde. As ONG's poderão levar a cabo projectos na área da saúde como parte da actividade de desenvolvimento. Para além disso podem complementar acções de vacinação das populações e programa de imunização, fornecimento de material e equipamento hospitalar, assistência na reabilitação de infraestruturas da saúde e capacitação do pessoal da saúde;
- c) Criar capacidade institucional das estruturas comunitárias de base, ONG's nacionais e Organizações de mulheres,
- d) Reforçar a capacidade institucional das estruturas governamentais;
- e) Potenciar os serviços veterinários tais como o melhoramento de recurso animal;
- f) Apoiar no processo de abastecimento de água potável á população, abertura de poços, capacitação da utilização de água e gestão da utilização dos poços;
- g) Promoção da mulher no desenvolvimento e envolvimento da comunidade;

- h) Reabilitação de pessoas portadoras de deficiência, orfãos, idosos, viúvas/viúvos, reassentamento de famílias, orientar os menores desamparados;
- i) Apoiar o sistema de Educação e providenciar material escolar assim como a reabilitação de infraestruturas;
- j) Promover ou apoiar acções de protecção e defesa do meio ambiente e recursos naturais;
- k) Promover e apoiar a defesa e preservação de direitos Humanos.

Artigo 11

Relatório de actividades

1. Durante o exercício de actividades a ONG deverá prestar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação relatório sobre as suas actividades até ao dia 15 de Janeiro de cada ano.
2. O relatório a que se refere o nº 1 do presente artigo, será entregue à entidade governamental a quem se encontra adstrita a actividade da ONG.
3. O relatório será elaborado em documento conforme o constante do anexo II.

Artigo 12

Suspensão, cancelamento e revogação

1. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação poderá ordenar a suspensão ou cancelamento da actividade da ONG estrangeira bem como a revogação da autorização do seu estabelecimento no território nacional, quando se verifique a inobservância do estipulado no presente regulamento e nas demais leis vigentes no País.
2. E quando fôr a pedido da ONG.

3. Se a suspensão tiver lugar devido ao disposto no nº 1 deste artigo, a reinscrição da ONG prevista no artigo 7 do presente regulamento, só pode ocorrer decorridos dois anos após os fundamentos que levaram o cancelamento das suas actividades terem sido ultrapassadas.

Maputo, _____ Janeiro de 1999

ANEXO 4

Visão Mundial Internacional Moçambique

123

Seminário sobre Relações entre o Governo e ONGs

Maputo, 31 de Agosto de 1999

1. Informações Gerais sobre a Organização

- A Visão Mundial-Moçambique é uma organização não-governamental cristã, humanitária
- Fundada há 50 anos por Bob Pierce, Evangelista Americano
- Sêde-nos-EUA com parcerias em cerca de 100 países
- Em Moçambique iniciou as actividades em 1984
- Estabeleceu pontes aéreas de ajuda alimentar e medicamentosa para vítimas da guerra em Tete e mais tarde para outras províncias
- 1992-94 participou no reassentamento de 1,5 milhões de refugiados regressados sob os auspícios do ACNUR tendo distribuído milhares de toneladas de alimentos
- A partir de 1994 iniciou a transição de um modo de emergência para um desenvolvimento sustentável
- Adoptou uma abordagem multisectorial e integrado de desenvolvimento

◆ Objectivos Gerais do Programa

"Re-estabelecimento de uma maior segurança alimentar, saúde e bem-estar do lar nas zonas rurais através da aplicação de uma tecnologia sustentável abrangente e o desenvolvimento dos recursos humanos."

A estratégia adoptada visa atingir esta meta, através de uma abordagem multisectorial com os seguintes objectivos principais:

- Aumento da produção agrícola e rendimento do lar rural
- Melhoria da utilização dos recursos naturais
- Melhoria do acesso e participação em mercados
- Armazenamento e processamento de alimentos
- Melhoria da saúde de mulheres e crianças
- Melhoria do nível educacional e desenvolvimento dos recursos humanos

◆ Áreas prioritárias

Agricultura, saúde, reabilitação de infraestruturas, apoio à micro-empresas, patrocínio de crianças e apoio as igrejas de forma integrada, buscando sinergias pela complementaridade sectorial para tornar a vida no campo mais atraente. Cobertura geográfica: Nampula (Namapa; Erati/Nacaroa; Mucate; Meconta; Murrupula), Zambézia (Gurue; Mopeia; Gile; Namacurra; Mocuba; Morrumbala; Nicoadala), Tete (Mutarara; Changara; Moatize; Macanga; Cahora Bassa; Angónia) Sofala (Caia; Chemba), Gaza (Xai-Xai; Manjacaze).

❖ Tipos de intervenção

1. Sector Agrícola

- Promover o melhoramento de práticas culturais, diversificação de culturas
- Serviços de extensão
- Fortalecimento de empresas agrícolas
- Melhoramento das técnicas de conservação de produtos agrícolas pós-colheita
- Processamento de produtos agrícolas com vista reter o valor adicionado
- Comercialização
- Repovoamento animal

2. Saúde e Nutrição

- Programa Rural de Saúde Materno Infantil com intervenções na área da criança e da mãe que inclui: malária, diarreia, infecções respiratórias agudas, controlo de crescimento, cuidados de Saúde Materno Infantil, planeamento familiar e prevenção do HIV/DTS
- Programa de assistência ao desenvolvimento que cobre aspectos de nutrição e segurança alimentar através de um desenvolvimento multi-sectorial
- Construção de poços de água e educação sanitária
- Assistência aos postos de saúde

3. Acesso Rural

- Construção, reabilitação e manutenção de estradas terciárias, secundárias e pontes nas zonas rurais usando mão-de-obra local
- Formação de empreiteiros locais
- Coordenação de actividades de desminagem

4. Desenvolvimento de Micro-empresa

- Promover o apoio a criação e fortalecimento de micro e pequenas empresas rurais viáveis
- Aumento do rendimento familiar e da comunidade através do desenvolvimento, geração de emprego e redução dos custos de alimentação
- Concessão de pequenos créditos em dinheiro e espécie

5. Monetização de Mercadorias

- Venda de óleo vegetal cru (9.000 MT) e trigo em grão (50.000 MT) para a obtenção de fundos que são posteriormente aplicados em programas de desenvolvimento

6. Patrocínio da Criança

- O objectivo estratégico do programa do patrocínio da criança da Visão Mundial-Moçambique é "melhorar o estado de saúde e nutricional, aumentar o acesso as oportunidades de educação e realçar o desenvolvimento espiritual e o bem-estar geral da criança nas áreas alvo do ADP (Área de Desenvolvimento do Programa) em Moçambique.

7. Relações com Igrejas

- No contexto do desenvolvimento de um program integrado, incorpora no plano de acção as componentes do Testemunho Cristão e Relações com Igrejas
- O Testemunho Cristão reforça valores centrais a nível dos trabalhadores
- Ao nível das Relações com Igrejas facilita a formação de pastores e de professores de igrejas dominicais, distribuição de biblias e literatura cristã, com fundos privados
- Estreita colaboração com a União Bíblica e Núcleos de Pastores

2. Experiência de Trabalho em Moçambique

Sector Agrícola

- Como resultado das intervenções contribuimos para a auto-suficiência na produção do milho
- Em 1998 a produção nas zonas alvo foi mais elevada em 32% e relação a 1996
- A comercialização aumentou como resultado directo da construção de estradas. O valor médio das mercadorias comercializadas passou do equivalente a \$22 dólares em 1996 para \$29 em 1998
- Grupos de camponeses na Zâmbezia venderam produtos agrícolas que renderam mais de 1,19 biliões de meticais
- 66% dos camponeses usaram a sua própria semente guardando do ano anterior ou adquirindo de vendedores
- Foram estabelecidos 60 viveiros comunitários a partir dos quais se dessemينaram árvores de fruto, cajueiros e outras espécies florestais, distriburam-se mais de 4.000 mudas de cajueiros
- Foram distribuidos só na Zâmbezia mais de 4.000 cabritos

Saúde e Nutrição, a destacar:

- Cobertura de 80% das metas anuais de vacinação traçadas pelo Ministério da Saúde nos distritos alvo
- Progresso na área do controle de crescimento das crianças, consultas pré e pós natais, serviços a maternidade e uso do planeamento familiar
- Em 11 distritos de Nampula e Zâmbezia, 87% das crianças aumentaram de peso como resultado da educação nutricional dada as mães e da formação de trabalhadores comunitários da saúde.
- Melhoramento substancial da qualidade dos Serviços Distritais de Saúde e Nutrição
- Melhoramento significativo do acesso aos serviços de Saúde e Nutrição
- Melhoramento significativo do comportamento, práticas e procura de serviços materno-infantil
- Promoveu-se a sustentabilidade das intervenções com as contrapartes em particular com a MISAU

Acesso Rural

- Durante o ano de 1998, mais de 320 km de estradas foram reabilitadas e mantidas nas províncias de Nampula e Zambézia
- Foram criadas, treinadas e reforçadas 11 empresas privadas de construção de estradas
- Foram reabilitadas duas pontes estratégicas
- Verificamos o aumento do volume de trânsito
- Verificamos a diversificação de mercadorias transportadas
- Aumentou-se a comercialização de produtos e insumos agrícolas
- Diminuiu-se o custo de transporte

Desenvolvimento de Micro-empresas

- 77% das famílias das comunidades alvo estão envolvidas em actividades de micro ou pequenas empresas
- Em 1998 o rendimento médio das micro empresas e pequenas empresas foi o equivalente a \$184 enquanto que as actividades rurais em grupo renderam uma média de \$75 por família
- Foram iniciadas em 1998 um total de 85 micro empresas individuais ou de grupo para o agro-processamento de produtos agrícolas

Capacidade e Recursos Financeiros

➤ Pessoal técnico e de apoio: 750

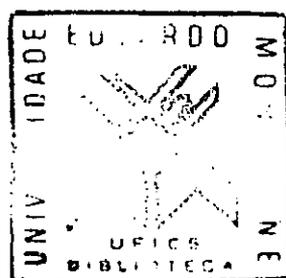
➤ Orçamento da Visão Mundial-Moçambique em 1998 foi de \$18 milhões de dólares com a seguinte distribuição:

- Agricultura e Gestão de Recursos Naturais e Apoio a Micro-empresas:	46%
- Saúde e Nutrição:	18%
- Reabilitação de Estradas e Remoção de Minas:	25%
- Comida para o Trabalho:	7%
- Construção de Escolas:	3%
- Água e Saneamento:	1%

➤ Distribuição geográfica:

- Zambézia:	46%
- Nampula:	29%
- Tete:	19%
- Sofala:	4%
- Manica:	1%
- Gaza:	1%

Aproximadamente 90% dos fundos são aplicados directamente para a implementação de programas no campo.



Principais fontes de financiamento:

- ❖ Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento (USAID)
- ❖ Agência Australiana para o Desenvolvimento (AusAid)
- ❖ Agência Canadense para o Desenvolvimento (CIDA)
- ❖ União Europeia (EU)
- ❖ Governo Austríaco
- ❖ Programa das Nações Unidas para a Alimentação (PMA)
- ❖ Parcerias da Visão Mundial Internacional

➤ Experiências em parcerias

- ◆ Agricultura: ORAM (protecção de camponeses dos direitos de posse de terra, registo e mapeamento de terras); ZAONE-Murrumbala e AGRIMO (agricultura e gestão de recursos naturais)
- ◆ Saúde: AMERTAMO para treinamento de curandeiros tradicionais na prevenção do HIV/SIDA; AMODEFA para a expansão da distribuição de preservativos e planeamento familiar (Nampula/Zambézia); SALAMA para treinamento de pessoal na área de saúde reprodutiva (Nampula); MONASO - prevenção do HIV/SIDA através do treinamento de trabalhadores e voluntários.
- ◆ Micro-empresas e micro-crédito: AGRO-ALFA e CREDICOOP
- ◆ Acesso Rural: Empreiteiros privados

2. Experiência em outros países

- Nos EUA: Programas locais na área juvenil usando fundos do governo e privados
- Na África: 26 parcerias divididas em 3 sub-regiões. Sub-região da África Austral com sede na África do Sul. Ligações com os departamentos dos respectivos governos obedecendo leis locais

4. Relacionamento Governo-ONG com base na nossa experiência

- Definição clara do contexto legal
- Incentivos fiscais
- Promoção da capacitação institucional do Governo e ONGs nacionais

5. Orientações, estratégias e recursos a usar para melhorar relação Governo e ONGs - "Papel da organização para reforço da relação e capacitação das ONGs Moçambicanas"

- Incentivar parcerias com as ONGs internacionais para a capacitação das ONGs nacionais
- Capacitação das ONGs nacionais nas áreas de gestão financeira, organizacional e busca de financiamentos
- Partilhar recursos humanos e materiais.

ANEXO 5

IV. REALIZAÇÕES SIGNIFICANTES

EXTENSÃO

Nas actividades de extensão foram assistidos neste período um total de 681 grupos de produção com um total de 20120 membros sendo 7.102 (35%) mulheres. Destes 193 são novos grupos.

Actividades de acompanhamento das actividades de sementeira, sacha, amantoa, desbaste, e transplante de diversas culturas dominaram as actividades de extensão em todos distritos cobertos pelo programa.

A equipe de extensão realizou ao longo do segundo trimestre diversos treinamentos relacionados com desenvolvimento de grupos (parte de módulos), gestão de negócios, práticas agrícolas melhoradas, produção de semente (arroz), apicultura, estabelecimento de pomares (comunitários e escolares) de clones melhorados de caju importados de Nmpula (Nassuruma).

Durante este período foram treinados camponeses nos aspectos relacionados com o cuidado a ter com a cultura em campo (sacha, amantoa, desbaste e outros), dado que estamos aproximar a época de colheita. Também tomou-se em conta os aspectos relacionados com as técnicas de pós-colheita.

Foram distribuídas aos técnicos no início da campanha da segunda época para a instalação de demonstrações de hortícolas das culturas de couve (Tronchuda Portuguesa), couve (China Granat), cenoura (Nantes), Cebola (Texas Early Grano), cebola (Red Creole), pimento (California Wonder), tomate (Roma VFN), tomate (Cal J), tomate (Campbell 37 A VF) e repolho (Copenhagen Market) nas várias áreas do projecto. Essas culturas encontram-se de momento em alfobres e viveiros e prevê-se realizar o primeiro transplante no mês de Abril.

Além das hortícolas fez-se a promoção de culturas de rendimento como o gergelim, paprika e os feijões nos vários distritos como fonte de receita.

O projecto OVATA depois de um estudo de mercado no seio dos camponeses, disponibilizou para a venda, a título experimental, a semente melhorada de feijão boer variedade ICEAP 00040 e de feijão nhemba variedade IT 18 que foi comprada na sua totalidade em menos de uma semana. Sensibilização de camponeses está sendo feita através de demonstrações com vista a ter alguma semente para a promoção desta cultura cujo produto será absorvido pela fábrica de DHAL que vai ser montada em Gurue em Agosto próximo que pertence à uma sociedade entre SAI e um comerciante Indiano.

Em coordenação com a Direcção Distrital de Educação foram identificadas várias escolas primárias nos vários distritos para implementar o programa de produção de hortícolas nas escolas. Neste momento estão a preparar os viveiros enquanto recebem alguns conceitos básicos de produção agrícola e valor nutricional das hortícolas.

Os produtores (pequenos e médios agricultores) que estão a multiplicar semente recebida da VM no distrito de Gurue já receberam os respectivos contratos e já estão disponíveis os

contratos para a aquisição da semente de amendoim pela VM juntos dos produtores assistidos por esta organização. Segundo o acordo os agricultores devolverão o dobro da semente que receberão.

Face ao término do projecto ZADP e conseqüentemente das actividades de investigação, aquele projecto fez a entrega da sub-estação de Guruè-Sede ao projecto OVATA que inclui campos para culturas diversas e um viveiro de fruteiras e plantas de sombra e ornamentais. Dois técnicos de ZADP foram absorvidos pela OVATA, um para trabalhar na extensão e outro na área de fruteiras.

Quanto a cultura da batata doce de polpa alaranjada já foram montados diferentes campos de multiplicação da Visão Mundial e alguns pertencentes a grupos como forma de garantir material para todos os membros dos grupos e a população.

Dentro da colaboração existente entre os diferentes projectos dentro da VM, o NFSP forneceu-nos a partir da Ilha de Moçambique cerca de 30 mudas de mandioca, variedades Chigoma mafia, Nachinyaya e Bento ualoya repartidas em igual fracção. Neste momento estão sendo multiplicados em Lioma-Sede. Outras variedades de mandioca provenientes de multiplicação rápida encontram-se já no sitio definitivo. São as variedades Mulaleia, MZ 89001, MZ 89186, Nikwaha e Precoce d'Angola. Em Gile a variedade Nikwaha foi multiplicada em mais de ¼ de hectare e esta variedade está sendo limpa contra *Cassava Brown stripe* e *mosaico Africano*.

Escola na Machamba do Camponês

Um total de 8 escolas na machamba do camponês, com um total de 196 membros sendo 75 mulheres, encontram-se em funcionamento nos distritos de Gile(2), Alto Molocue(2), Guruè(1), Namarroi(2) e Mopeia(1).

No distrito de Gile as duas escolas na machamba do campones localizam-se uma na localidade de Pury com 27 membros (11 mulheres) e pratica a cultura de amendoim e a outra está na localidade de Monea com 25 membros (6 mulheres) e pratica a cultura de paprica.

No distrito de Alto Molocue foram instaladas duas escolas na localidade de Ecole, conhecida por Mukomuhano, composta por 25 (12) membros, é vocacionada a cultura de Paprica e a outra no Conane, composta por 30(11) membros, é vocacionada a cultura de Gergelim. Salientar que nestas escolas os camponeses aprendem as tecnologias recomendadas para a produção destas culturas e estudam o comportamento e investigam os constrangimentos de produção destas culturas nas condições em que se encontram e discutem e analisam outras técnicas alternativas para garantir os melhores rendimentos.

Em Lioma distrito de Gurue funcionam duas escolas na machamba de Nohitxala de Mocha com 25 membros que faz amendoim, variedade CG7 e outra local; a segunda escola é a de Massupa com 24 membros que faz gergelim.

No distrito de Namarroi existem duas escolas na machamba do camponês, todas na zona sul - Lipali. Uma escola está a produzir gergelim e outra a produzir feijão nhemba. As duas escolas foram fundadas em Janeiro com 25 membros cada escola.

INVESTIGAÇÃO

Está em curso demonstrações de variedades melhoradas de amendoim (comportamento, resistência à pragas e doenças, rendimento) provenientes do ICRISAT. Periodicamente os membros dos grupos de camponeses são convocados para fazerem o acompanhamento do desenvolvimento da cultura. As variedades demonstradas são as seguintes: CG 7; ICGV-SM 90704; ICG 12991 e JL24 e Natal Comum. No presente momento, está em curso o processo de colheita, secagem e debulha.

Um ensaio multi local de variedades está sendo conduzido, em coordenação com o INIA e consiste na avaliação de 10 variedades de Milho ((MATUBAxLSMQPM)S1FSFS; TL00WQLESYN-99-1517FS; QS7705; ZM421(FLINT)FS; ZM521(FLINT)FS; ZM621(FLINT)FS; UMB.SYN1FS; SussumaCO; Matuba; Manica SR.) sob condições de diversas regiões Agro-ecológicas.

Ensaio on-station da variedade de amendoim está sendo multiplicada em Mocuba em coordenação com a INIA.

O ensaio de batata doce de polpa Alaranjada que está em curso consiste basicamente na selecção de variedades de batata doce de polpa alaranjada provenientes do INIA (SARRNET) que tenham alto rendimento, sejam ricas em (caroteno, resistentes à pragas, doenças e a seca. Estão envolvidas as seguintes variedades para o estudo: 420001, Zapalp, Excel, Tib 4, 440215, MG cl 01, Cordner, Chingova, Moz-White e Local.

Cinco variedades de batata-doce de polpa alaranjada (Cordner, Japon selecto, Lo323, Resisto e Chingova-polpa amarela) foram submetidas à multiplicação rápida e também à multiplicação convencional incluindo W-119.

GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS

Durante o trimestre foram disseminadas diferentes práticas de conservação e melhoramento do solo, desde o cultivo sobre as curvas de nível, consorciação e rotação de culturas, uso de drenos e barreiras de protecção de água, abertura de canais de irrigação, plantio de capim elefante para evitar erosão e uso de agroflorestais.

Devido ao corte indiscriminado do mangal em algumas áreas do distrito de Inhassunge o que o torna vulnerável a erosão e maior entrosão da água do mar o programa OVATA em conjunto com a DDADR realizou uma palestra sobre a importância do mangal e da necessidade da sua conservação que teve 60 participantes dentre os quais 18 mulheres.

Apicultura

Além do distrito de Inhassunge o trabalho de apicultura está em curso nos distritos de Mopeia e Gurué.

No distrito de Inhassunge foram observados durante este período problemas de infestação de formigas em algumas colmeias já povoadas o que resultou no abandono destas pelas abelhas no apiário de Caocha. Com a assistência do técnico foram aplicados produtos para combater estas pragas e a desposição das colmeias foi alterada, passando estas a serem colocadas em estacas untadas com óleo queimado ao invés de amarrar com cordas em

árvores. Neste momento 2 colmeias em Caocha e 1 no Irridane já entraram em produção esperando-se fazer muito brevemente a colheita do primeiro mel.

Cajú, fruteiras e árvores agroflorestais

Foram trazidos, do centro de investigação de Nassuruma em Nampula, um total de 9.685 mudas de 11 clones para o projecto de modo a fazer face o andamento do programa de cajueiros. Este material foi distribuído nos distritos de Inhassunge, Nicoadala, Namacurra, Morrumbala, Lugela, Namarroi, Alto Molocué e Gile.

Foram feitos em vários locais viveiros de papaeiras e goiabeiras e as plântulas serão distribuídas às escolas e comunidades interessadas.

No distrito de Inhassunge o programa do Caju e outras fruteiras teve o seu início nos princípios deste trimestre e foram planificadas o estabelecimento de 2 pomares comunitários e 2 escolares para a cultura do caju.

Em Inhassunge foram montados os pomares comunitários porém, estamos com dificuldades de arranjar espaço suficiente para montar os blocos nas escolas pois a maioria tem recintos pequenos. Como alternativa estamos a negociar outros lugares com camponeses para nos dispensarem as áreas e montarmos os pomares das escolas que serão por elas conduzidos. Em relação as outras fruteiras já iniciamos a produção de abacateiro no viveiro da DDADR e já foram repicadas 650 sementes desta cultura.

O lar feminino de Lioma-Sede está em processo de arborização. De facto, recebeu plantas de sombra (acácias) e também fruteiras que ao mesmo tempo servirão de sombra (maracujeira).

Também foram recebidos cerca de 3600 peras de abacate para extrair semente. Desta quantidade parte significativa de semente separa-se ao meio tornando inviável para a germinação e outra parte ainda não tinha atingido a sua maturação fisiológica. Neste momento está a decorrer o processo de selecção razão pela qual torna difícil adiantar com alguns números sobre a quantidade de semente que pode ser lançada no viveiro.

Programa de Coqueiro

O programa do coqueiro iniciado em Inhassunge com o objectivo principal de dar uma contribuição no controlo da doença do amarelecimento letal foi também estendido durante este trimestre para os distritos de Nicoadala e Namacurra, onde estão sendo levadas à cabo campanhas de sensibilização junto dos camponeses para fazer o abate das plantas infectadas. De salientar que no mês de Março o problema do amarelecimento letal foi um tema de debate num encontro realizado na Administração do distrito de Inhassunge e cujo encontro foi orientado pela Administradora com o objectivo de dar a conhecer aos líderes comunitários o programa de distribuição de mudas de coqueiros.

No mês de Março, o programa OVATA comprou 5.500 coqueiros híbridos na Madal destinadas a compensar os camponeses que abaterem as plantas doentes recebendo cada um dois híbridos por cada planta abatida.

No recinto da DDADR no distrito de Inhassunge, foi criado um viveiro que funcionará como um banco de sementes com destaque para plantas melhoradoras do solo (Gliricidia,

Leucaena, Sisbânia, etc), batata-doce de polpa alaranjada, fruteiras e outras. Por outro lado devido a relativa extensão dos terrenos também far-se-á o uso dos mesmos para a montagem de ensaio "on station" se houver necessidade, dada a existência no local de água para o viveiro.

Na área de investigação foi feito nos meses de Fevereiro e Março um levantamento de dados para a determinação do grau de incidência do amarelecimento letal nos três distritos. Esta actividades inseres-se nas actividades de prospeção dos insectos associados com a doença (estudo do vector).

A Visão Mundial em colaboração com a Madal está a fazer a selecção de semente de coqueiros típicos em zonas onde se notou forte acção da doença mas que no entanto algumas plantas se mantem livres da doença e continua vivas. Pensamos que estas plantas podem ter adquirido resistência ou talvez alguma tolerância a doença. Assim, a sua semente será colhida e plantada em diferentes blocos e diferentes zonas com grande incidência da doença. Contamos também incluir nos ensaios as variedades anãs. De salientar que as áreas para a colocação dos respectivos blocos já foram identificadas em Gonhane e nos Abreus no distrito de Inhassunge.

COMERCIALIZAÇÃO

De um total de 99 grupos de comercialização existentes 24 grupos dos distritos de Gurue, Namacurra, Inhassunge e Morrumbala venderam um total de 32.175 kg de produtos agrícolas e 8.4m² de madeira processada que renderam um total de 332.242.000,00 mt. É de salientar que os grupos de camponeses de Chicata, Chivungur, Muanabizi e Tangaia do distrito de Morrumbala vendeu à Cheetah Moçambique um total de 16.425kg de paprika, que rendeu um total de 299.000.000,00Mt (13,000 usd).

No distrito de Namacurra os grupos de comercialização de coco e copra estão a preparar a comercialização do mesmo como forma de garantir fundos para o grupo. Tem se deparado com o problema de falta de fundo inicial para dar o andamento dessas actividades já que os grupos haviam parado com as actividades.

A associação "O Mundo da Sorte" de Namacurra iniciou com a sua legalização. A associação já tem os estatutos já meteram na ORAM faltando apenas tratar outros documentos. Esta associação tem como actividades principais a comercialização de copra e coco, produção de hortícolas para a comercialização, multiplicação da rama de batata doce e já iniciaram a preparação duma salina como forma de garantir fundos para as suas actividades.

Apesar do distrito de Inhassunge possuir problemas de integração de mercados devido às más condições das vias de acesso e a sua localização geográfica que o coloca praticamente isolado de outros pontos vários constrangimentos enfrentados, os 7 grupos de comercialização já formados conseguiram produzir e comercializar 8.4 metros cúbicos de madeira em Quelimane que rendeu 10.200.000,00mt.

Na zona norte muitos grupos manifestam-se preocupados em formar associações de produtores para estancar a venda desorganizada de seus excedentes agrícolas levadas a cabo pelas comunidades. Treinamentos sobre a matéria estão sendo realizados pelo extensionistas ligados a comercialização.

NUTRIÇÃO

Trabalhos de planificação e coordenação entre as equipas de Nutrição/HIV/SIDA e extensionistas das diferentes localidades foram consolidados em alguns distritos durante este período.

Durante a capacitação dos camponeses em HIV/SIDA foram abordados temas como: sintomas de HIV/SIDA, formas de transmissão e métodos de prevenção. Considerações sobre Nutrição, dieta equilibrada, a necessidade da produção de batata doce de polpa alaranjada e o seu consumo no âmbito da utilização de alimentos foram feitas durante as sessões de treinamento que culminaram com a identificação de membros voluntários, curandeiros e parteiras tradicionais para serem capacitados em aspectos de Nutrição e HIV/SIDA.

V. DIFICULDADES E CONSTRANGIMENTOS

Na zona norte a maioria de semente de amendoim e hortícolas comprada para as demonstrações a semente de girassol no distrito de Mopeia tiveram um fraco poder germinativo constituindo deste modo um grande constrangimento para os camponeses.

Ataque severo de pragas (Topeiras, corvos, macacos), principalmente nas culturas de amendoim e milho, foi outro constrangimento verificado no distrito de Mopeia.

No distrito de Mopeia a fome que se fez sentir nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2002 afectou de certa maneira, na participação dos camponeses nos dias de treinamentos, dado que os homens estavam envolvidos em trabalho de comida pelo trabalho.

V. VISITAS/TREINAMENTO DO PESSOAL

No dia 26 de Fevereiro de 2002 o senhor Neville Slade da Cheetah Moçambique visitou alguns grupos de camponeses nas zonas de Ruace em Gurue e Pinda em Morrumbala com objectivo de se inteirar do processo da produção e comercialização da paprika, cultura fomentada pela Cheetah Moçambique.

A Senhora Administradora do Distrito de Lugela efectuou uma visita de campo no dia 19 de Março de 2002. A visita enquadrou-se na supervisão das actividades pela parte do governo do Distrito. Foram visitados alguns campos de multiplicação de sementes, contacto com vários grupos formados e ao fim agradeceu bastante o empenho da Visão Mundial no desenvolvimento da comunidade.

Teve lugar nos dias 13-14 de Março do ano em curso um treinamento de novos técnicos e os 2 da DDADR nos pacotes de gestão de grupos e comercialização agrícola nos escritórios da OVATA-Lugela.

No dia 11 de Março teve lugar no distrito do Ile uma reunião dirigida por sua excelencia governador da provincia onde foram apresentados os planos distritais dos distritos de Namaroi, Gurue, Alto Molocue, Gile e Ile. São prioridades do plano de desenvolvimento de Alto Molocue o melhoramento dos sistemas de produção agrícola, melhoramento de infra-estruturas e apoio à capacidade institucional para a prestação de serviços básicos (saúde, educação, fornecimento de água, etc.)

VISAO MUNDIAL/DPADR
ZAMBEZIA
OVATA

Gestão das Actividades de Comercialização, Caju, Fuleiras e Recursos Naturais_Zambezia

2001/02
3.º trimestre 2001

Actividade: Extensao
Distrito: Gurue

Indicadores	Ano Actual		Real 1 trimestre		Real acui		Taxa (%) Realizaçã Crescimento
	Plano Número	Real Número	Real 1 trimestre Número	Real acui Número	Real 1 trimestre %	Real acui %	
ESCOLA NA MACHAMBA							
nº de Escolas na Machamba do Campones	4	0	0	2		50%	
nº total de camponeses assistidos	60	0	0	49		82%	
nº de homens (H)	42	0	0	24		57%	
nº de mulheres (M)	18	0	0	25		139%	

GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO							
nº de grupos de comercialização	6	0	0	12		200%	
nº total de membros do grupo de comercialização	84	15	0	312		371%	
nº de Homens (H)	36	0	0	221		614%	
nº de mulheres (M)	120	17	0	91		76%	
nº total de vendas pelos grupos de comercialização	10	7	0	21		210%	
nº total de grupos de comercialização que venderam	5	6	0	11		220%	

Vendas							
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	
Volume e valor total das vendas pelos grupos de comercialização		259600	1.8E+09	223630	2051425000		
Valor total adicionado			8.3E+08		881550000		
Volume e valor de milho vendido pelo grupo de comercialização		142930	714650	205730	914725000		
Volume e valor de mandioca seca vendida pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor de castanha de caju vendida pelo grupo de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor de copra vendida pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor de gergelim vendido pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor de paprika vendida pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor de girassol vendida pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor de feijão boer vendido pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor de desroz vendido pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor de feijões vendida pelos grupos de comercialização		116670	1.1E+09	121270	1120200000		
Volume e valor de cebola vendida pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor alho vendido pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor hortaliças vendida pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor de outras culturas vendidas pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		
Volume e valor de outros produtos não agrícolas vendidos pelos grupos de comercialização		0	0	0	0		

ENSAIOS E DEMONSTRAÇÕES									
nº de demonstrações na machamba do camponês executadas sobre as práticas melhoradas	54	0	0	50	23%				
nº de demonstrações visando o melhoramento do solo usando leguminosas	2	0	0	28	133%				
nº de ensaios monitorados controlados pelo técnico	200	0	0	17	9%				
nº de locais	10	0	0	60	420%				
nº de dias do campo em geral	20	0	0	0	0%				
nº de homens (H) participantes nos dias de campo	540	0	0	0	0%				
nº de mulheres (M) participantes nos dias de campo	180	0	0	0	0%				
nº de dias do campo sobre a gestão sustentável de recursos naturais	10	0	0	0	0%				
nº total de camponeses participantes	360	0	0	0	0%				
nº de Homens (H) participantes nos dias de campo	270	0	0	0	0%				
nº de mulheres (M) participantes nos dias de campo	90	0	0	0	0%				
nº de treinamento (visitas aos membros dos grupos/camponeses de contacto) sobre o uso	360	0	0	0	0%				
nº de camponeses que receberam rama de batata doce de polpa alaranjada	600	0	0	0	0%				

CAQUEIRO, COQUEIRO, ARVORES DE FRUTA E OUTRAS AGRO-FLORESTAIS									
nº de viveiros de cajueiros produzindo cajueiros	0	0	0	0	0	#DIV/0!			
nº de pessoas que receberam cajueiros	0	0	0	0	0	#DIV/0!			
nº de cajueiros melhorados plantados	0	0	0	0	0	#DIV/0!			
nº de dias de campo sobre as práticas melhoradas no cultivo de cajueiro	0	0	0	0	0	#DIV/0!			
nº total de camponeses participantes	0	0	0	0	0	#DIV/0!			
nº de homens (H)	0	0	0	0	0	#DIV/0!			
nº de mulheres (M)	0	0	0	0	0	#DIV/0!			
nº de viveiros produzindo fruteiras e outras árvores agro-florestais	4	0	0	0	0	0%			
nº de pessoas que receberam fruteiras e coqueiros	50	0	0	0	0	0%			
nº de homens (H)	35	0	0	0	0	0%			
nº de mulheres (M)	15	0	0	0	0	0%			
nº total de pomares matrizes estabelecidos nas escolas	50	0	0	0	0	0%			
nº de fruteiras e coqueiros distribuídos/plantados	250	0	0	0	0	0%			
TREINAMENTO DE GRUPOS									
nº de grupos treinados em DRP Integrado e Formação de Grupos	Modulo 1	Modulo 2	Modulo 3	Modulo 4	Modulo 5				
nº de homens (H)	0	0	0	0	0				
nº de mulheres (M)	0	0	0	0	0				
nº de grupos treinados em Comercialização	Modulo 6	Modulo 7	Modulo 8	Modulo 9	Modulo 10	Modulo 11	Modulo 12		
nº de homens (H)	0	0	0	0	0	0	0		
nº de mulheres (M)	0	0	0	0	0	0	0		
nº de membros treinados em Alfabetização	Homens	Mulheres							
	0	0							

Modulo 1 = Formação de Grupos Modulo 6-12 = A definir
 Modulo 2 = Liderança
 Modulo 3 = Reuniões
 Modulo 4 = Planificação
 Modulo 5 = Raquiamento interno

